

Entre Tempos e Suspiros

Histórias de Emigração em
Vieira do Minho



Teresa Dias
Emília Araújo

© CECS 2014 Todos os Direitos Reservados

A presente publicação encontra-se disponível gratuitamente em:

www.cecs.uminho.pt

Título	<i>Entre Tempos e Suspiros. Histórias de Emigração em Vieira do Minho</i>
Autores	Teresa Dias & Emília Araújo
ISBN	978-989-8600-30-1
Capa	António Escorrega Barroso
Formato	eBook, 52 páginas
Data de Publicação	2014, dezembro
Editora	CECS - Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade Universidade do Minho Braga · Portugal
Diretor	Moisés de Lemos Martins
Diretor Adjunto	Manuel Pinto
Diretor Gráfico e Edição Digital	Alberto Sá
Assistente de Formatação Gráfica	Ricardina Magalhães
Redação e Administração	Telefone: (+351) 253 604695 // Fax: (+351) 253 604697 Email: cecs@ics.uminho.pt // Web: www.cecs.uminho.pt



Universidade do Minho
CECS - Centro de Estudos de
Comunicação e Sociedade



LASICS
www.lasics.uminho.pt

ÍNDICE

A emigração - uma nota introdutória	4
Capítulo 1 – O concelho de Vieira do Minho: breve caracterização	6
Capítulo 2 – Histórias de emigração em Vieira do Minho: as motivações de saída e o regresso	11
Conclusão	49

A emigração - uma nota introdutória

A temática da emigração tem recebido considerável atenção, nas últimas décadas, por parte de investigadores das ciências sociais (Baganha, 1994; Gonçalves e Gonçalves, 1991; Leandro, 2004; Monteiro, 1994; Peixoto, 2004, 2007; Pires, 2003; Ribeiro, 1986; Rocha-Trindade, 1976, 1982, 1985, 1993; Wall, 1984, entre outros). Tal atenção explica-se pelo facto de a mobilidade e a deslocação das populações se terem constituído como assuntos de importância maior, quando se trata de planeamento da sociedade e da definição de políticas públicas.

As migrações e as mobilidades mudam de forma ao longo do tempo, adquirindo constantemente outros contornos. Definem-se por outros pressupostos, confrontam-se com outros dilemas e constrangimentos. Não obstante, trata-se inegavelmente de um fenómeno que implica populações, políticas e processos de desenvolvimento, assim como contextos culturais, interesses e motivações individuais. Implica, também, questões de identidade individual e nacional.

Esta obra (ou reflexão) tem como objetivo apresentar alguns contornos do fenómeno migratório, no concelho de Vieira do Minho, através da análise de entrevistas realizadas a cidadãos vieirenses que emigraram antes do 25 de Abril de 1974, e regressaram a este concelho, entre 1990 e 2000.

O estudo que suportou esta publicação contemplou os seguintes objetivos:

- Perceber os motivos que levaram à emigração dos cidadãos vieirenses;
- Abordar a experiência da viagem para um país estrangeiro;
- Analisar os processos de inserção nos países de acolhimento;
- Tentar compreender as motivações para o regresso a Portugal;
- Analisar os processos de reinserção no concelho natal;
- Perceber o tipo de relacionamento com os países de emigração, após o regresso a Portugal.

Além da pesquisa documental, foram realizadas e analisadas, recorrendo à técnica de análise de conteúdo, entrevistas biográficas a um conjunto de ex-emigrantes, regressados a Vieira do Minho.

A comparação entre os resultados deste estudo e outras investigações realizadas (Amaro *et al.*, 1984; Antunes, 1981; Gonçalves, 2009; Leandro e Rodrigues, 2007; Poinard, 1983; Portela e Nobre, 2002; Silva *et al.*, 1984, entre outros), permitiu-nos concluir que as características do fenómeno migratório em Vieira do Minho são muito similares às que se encontram documentadas nos trabalhos realizados por estes autores, sobre os emigrantes portugueses, ao longo dos anos.

Esta publicação está dividida em três secções: na primeira apresentamos o concelho de Vieira do Minho – a sua localização e contexto histórico, os recursos que possui e os constrangimentos que enfrenta; na segunda realizamos uma análise das histórias de emigração em Vieira do Minho, atendendo a cinco vertentes: i) a decisão de emigrar e a

partida; ii) a estadia no estrangeiro; iii) as motivações de regresso ao concelho de Vieira do Minho; iv) a reinserção do emigrante no concelho de Vieira do Minho; v) o relacionamento com o país de emigração; por fim, dedicamos um espaço à exposição das conclusões, inseridas no debate sobre as políticas de apoio ao retorno a Portugal e a Vieira do Minho.

Capítulo 1 – O concelho de Vieira do Minho: breve caracterização

1.1 LOCALIZAÇÃO

Situado a 30 km do distrito de Braga, Vieira do Minho é um concelho composto por 21 freguesias, que ocupam uma área de 218.5 km². Faz fronteira a Norte com concelhos de Amares, Terras de Bouro e Montalegre, a Este com Montalegre e Cabeceiras de Basto, a Sul com Fafe e a Oeste com a Póvoa de Lanhoso.



Figura 1: Localização geográfica do concelho de Vieira do Minho



Figura 2: As 21 freguesias que compõem o concelho de Vieira do Minho

1.2. CONTEXTO HISTÓRICO

Lê-se, nas Memórias Paroquiais de Vieira do Minho de 1758 (Capela e Borralheiro, 2000: 54), o seguinte:

“Os epítetos da terra fraca, terra áspera, terra montuosa, apertada, de ladeiras, cumeadas e de muitos socalcos e grandes despenhadeiros e por isso perigosas para os gados e trabalhosas para os moradores, terra sem campinas ou vales de consideração, são muito frequentes para fixar as características físicas e morfológicas das terras de muitas paróquias (...)”.

A estas características juntam-se o clima de tipo continental e uma economia pobre.

O milho, ou milho grosso, o cereal mais cultivado, constituiu, durante muitas décadas, a principal fonte de alimentação e de recursos económicos da população. Cultivava-se, também, o centeio, o vinho e o azeite, numa área de cultivo insuficiente para prover a subsistência da população. Capela e Borralheiro afirmam o seguinte sobre os modos de vida destas populações:

“Semeia-se o milho grosso, o miúdo e o centeio que são os frutos mais usados na Província dos quais não há abundância mais que para sustento dos seus colonos por força de muito labor” (2000: 61).



Figura 3: Milho grosso em canastro em 1989 (Lugar de Corrêlo, freguesia de Ventosa – Vieira do Minho)
Fonte: Fotografia cedida por Lúcia Esteves

A sociedade de Vieira fica marcada para a História na figura do aldeão rústico que vive, sobretudo, do cultivo das terras e da exploração dos recursos naturais dos montes e dos rios. Os moinhos e as azenhas, aliás, constituíam o principal equipamento de transformação desta economia rural antiga fortemente dependente do pão e da broa.

Nos fornos do povo cozia-se a broa. O milho e o centeio, transformados em farinha, eram carregados pelas mulheres desde os rios até aos povoados, em sacos de pano, de pele de ovelha ou de cabra - apelidados de “foles”. O percurso chegava a repetir-se três vezes por dia. Depois, a farinha era peneirada e, após a massa passar pelo processo de levedura, era cozida em fornos de lenha.



Figura 4: Exterior de moinho (Lugar de Lamalonga, freguesia de Campos – Vieira do Minho)
Fonte: Fotografia das autoras, 2013



Figura 5: a broa de milho, em 1989 (Lugar de Corrêlo, freguesia de Ventosa - Vieira do Minho)
Fonte: Fotografia cedida por Lúcia Esteves

1.3. VIEIRA DO MINHO NOS DIAS DE HOJE

Abaixo expomos, por temas, os dados que constam do pré-diagnóstico social de Vieira do Minho (Câmara Municipal de Vieira do Minho 2003: 14) e do Instituto Nacional de Estatística (2011), que nos permitem perceber alguns dos recursos e constrangimentos existentes neste concelho.

1.3.1. ASPETOS DEMOGRÁFICOS

A variação populacional é negativa entre 1991, 2001 e 2011. A população residente em 1991 correspondia a 15 775 indivíduos; em 2001 decresceu para 14 724 indivíduos e, em 2011 era apenas de 12 997 indivíduos (6 252 homens e 6 745 mulheres). Saliente-se que, de toda a região do Vale do Ave, Vieira do Minho é o concelho que apresenta o menor número de indivíduos residentes. O envelhecimento populacional apresenta o índice mais elevado quando comparado com os restantes concelhos do Vale do Ave. É, ainda, importante assinalar a importância dos pensionistas na população do concelho, tal como se observa na tabela a seguir (n.º 1).

	Total		0 – 14 anos	15 – 24 anos	25 – 64 anos	65 ou mais anos	
	H	M	HM	HM	HM	HM	
Homens (H) e Mulheres (M)	12 997	6 252	6 745	1 778	1 547	6 707	2 965

Tabela 1: População residente em Vieira do Minho, segundo os grupos etários – Censos 2011
Fonte: INE: Censos 2011

A estrutura etária da região apresenta uma situação intermédia (ainda que em processo de envelhecimento) e com uma maioria de indivíduos em idade ativa. Os índices de alfabetização, formação e qualificação profissional são ainda relativamente baixos. A taxa de analfabetismo atinge no concelho um valor superior ao apurado a nível nacional e regional. Este dado confina grande parte da população à situação de trabalhadores indiferenciados, com percursos profissionais marcados pela instabilidade e pela precariedade.

1.3.2. REDE ESCOLAR

O concelho não tem estabelecimentos do Ensino Superior. Como consequência direta, verifica-se a saída da população para outros concelhos e outros países; indiretamente verifica-se uma baixa atratividade do concelho, em termos empresariais. Acrescente-se que, as taxas de abandono e de insucesso escolar são consideravelmente elevadas.

1.3.3. ATIVIDADES ECONÓMICAS E ESTRUTURAS PRODUTIVAS LOCAIS

O tecido empresarial apresenta um dinamismo inferior ao verificado noutros concelhos do Vale do Ave, devido principalmente a dois motivos: i) o predomínio de atividades terciárias relacionadas com os serviços, nomeadamente os serviços sociais e ii) o facto de a agricultura ser praticada frequentemente como atividade secundária, familiar e de subsistência. Com efeito, o solo é pouco fértil e a mecanização é difícil, dadas as características montanhosas do terreno, o que explica a inexistência de grandes explorações agrícolas. O desemprego é um dos problemas mais preocupantes para Vieira do Minho. Além disso, verifica-se uma significativa concentração populacional nas freguesias centrais do concelho (Vieira do Minho e freguesias adjacentes), o que agrava a situação das populações que ocupam espaços mais periféricos, uma vez que os investimentos, alocação de recursos e outras medidas de política tendem a focar-se só em certas zonas. Os transportes públicos são escassos. As dificuldades fazem-se sentir na deslocação de Vieira do Minho para outros concelhos e também dentro do próprio concelho. A participação da população em termos lúdico-culturais é limitada e o tecido associativo é pouco dinâmico. Apesar disso, existe no concelho um conjunto significativo de equipamentos e atividades de carácter lúdico cultural, concretamente nas áreas da leitura, da informação e multimédia, assim como de equipamentos desportivos.

O facto de ser um concelho com um conjunto significativo de imóveis de interesse patrimonial e de recursos naturais e paisagísticos, pode ser atrativo para a realização de atividades de carácter lúdico cultural e de dinamização turística.



Fig. 6 – Vista aérea parcial do concelho de Vieira do Minho – Albufeira do Esmal e lugares limítrofes
Fonte: Fotografia cedida por Foto Silva, 2013

Principais estruturas / atrativos patrimoniais do concelho

Monumentais:

- Os castros da cultura castreja ou povoamento da Idade do Ferro
- As construções pré-históricas de carácter sepulcral
- As vias de comunicação construídas pelos romanos “Vias Augustas”
- As ruínas de povoados medievais
- As cabanas de pastor de finais do séc. XVI até inícios do séc. XVIII e os fojos de lobos para a “caça à fera”
- As pontes antigas
- Os santuários marianos
- As casas com história

Naturais e paisagísticas:

- A albufeira do Esmal pela beleza natural e pela prática de atividades aquáticas
- O encanto das paisagens das serras da Cabreira e do Gerês
- As aldeias tipicamente rurais, classificadas pela Associação de Turismo de Aldeia como “Aldeias de Portugal”

Outras:

- O artesanato rico em bordados, cobre e vime
- Os pratos tradicionais, nomeadamente o cozido, a broa de milho e o mel.

Capítulo 2 – Histórias de emigração em Vieira do Minho: as motivações de saída e o regresso

2.1 A DECISÃO DE EMIGRAR E A PARTIDA

2.1.1 CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO ENTREVISTADA À DATA DA PRIMEIRA EMIGRAÇÃO

Estudos (Amaro *et al.*, 1984; Gonçalves e Gonçalves, 1991; Gonçalves e Machado, 2007; Monteiro, 1994; Pires, 2003; Rocha-Trindade, 1983; Rocha-Trindade e Arroteia, 1986) indicam que os percursos migratórios diferem consoante estejamos a falar de emigrantes dos anos 60 e 70 ou dos anos 80.

Os primeiros são caracterizados pelos diferentes autores citados como sendo profundamente animados pelo projeto de regresso e, portanto, pela perspetiva de uma estadia temporária no estrangeiro, mantendo um nível inédito de interação com as comunidades de origem. Nos segundos, esta perspetiva de regresso não surge vincada de igual modo, tratando-se de um grupo que preza mais a qualidade de vida e a proximidade aos filhos que entretanto nasceram nos países de emigração.

Querendo estabelecer um perfil dos emigrantes entrevistados, à data da sua emigração, diríamos que i) a grande maioria emigrou pela primeira vez durante as décadas de 60 e 70, sobretudo para França; ii) todos emigraram bastante jovens; iii) a maioria das mulheres casou antes de emigrar; iv) a agricultura era a atividade profissional predominante em Portugal; e) o grau de escolarização destes emigrantes era baixo (até à 4^o classe).

2.1.2. A DECISÃO DE EMIGRAR

Peixoto (2004) considera serem diversas as explicações para os fluxos migratórios contínuos. Embora pareça ser inquestionável que os motivos económicos sejam importantes na tomada de decisão de emigrar, existem também outros motivos, nomeadamente os de ordem familiar, de tradição histórica, de valorização pessoal, de valorização profissional, de afinidades culturais, de interesses particulares, de espírito aventureiro, de perseguições políticas e religiosas, entre outros.

Em Portugal, a situação política, económica e social estrutural nas décadas de 60 e 70 propiciou a emigração, sobretudo porque as transformações sociais e económicas iniciadas na década de 60 não alteraram o caráter rural do país. Barreto *et al.* (1996: 78) afirmam que Portugal era, por essa altura, essencialmente constituído por:

“Uma massa de trabalhadores e de pequenos agricultores que viviam quotidianamente as rudes condições de um profundo subdesenvolvimento, sem pão, sem higiene, sem cultura e sem esperança...”

O número de analfabetos era elevado. O acesso ao sistema educativo só ficou assegurado no final dos anos 70 (Barreto *et al.* 1996: 38;46). O trabalho nos campos de todos os membros da família constituía-se como a principal estratégia de sobrevivência desta população (Barreto, 1996). Para agravar esta situação, Portugal iria viver a guerra do ultramar, entre 1961 e 1974, com intensa repercussão sobre a vida dos camponeses (Riegelhaupt, 1979: 506).

As comunidades rurais de pequenos agricultores não assalariados trabalhavam para si próprios e estabeleciam relações de entreajuda com os demais. Nas aldeias e freguesias próximas todos se conheciam. As grandes desfolhadas e outros trabalhos agrícolas eram feitos com a ajuda dos vizinhos. Quando um lavrador não possuísse “carro de bois” para carregar mato, pedia a quem na aldeia tivesse que logo lhe emprestavam e a forma de agradecimento era o auxílio nas tarefas agrícolas. Assim todos ficavam a “ganhar”. Se uns conseguiam a tão preciosa ajuda nos trabalhos agrícolas, outros conseguiam em troca bens alimentares ainda que por vezes insuficientes para “matar” a fome destes e do agregado familiar.

População residente em Campos em 1981: 426 indivíduos.



Fig. 7 – Malhada de milho em 1984 (Lugar de Lamalonga, freguesia de Campos - Vieira do Minho)
Fonte: Fotografia cedida por Amália Pereira

Permaneciam em Vieira do Minho modelos de reprodução da riqueza familiar - mormente das terras - desiguais para os numerosos irmãos que normalmente caracterizavam estas famílias. Segundo Brandão (1991: 6178), há elementos relativos a Vieira do Minho que dão testemunho do privilégio de um dos filhos que, nas situações de herança, ficava com a maior quota disponível, obrigando, por conseguinte, todos os outros irmãos, a procurar “fora de casa” os seus meios de subsistência.

Nas aldeias onde não existissem moinhos, o Moleiro circulava com o seu burro a “carregar” o milho e o centeio pelos aldeãos. Como forma de pagamento pelo serviço prestado recebia a designada “maquia”, que correspondia a uma parte do que lhe era confiado transportar.

População residente em Vieira do Minho em 1960: 18 920 indivíduos.



Figura 8 – O Moleiro nos anos 60
Fonte: Fotografia cedida por Foto Silva

Em suma, o retrato da época da economia vieirense era de profunda estagnação, e as entrevistas realizadas atestam esta realidade. Os motivos enunciados pelos entrevistados para a partida foram em primeiro lugar os de ordem económica, nomeadamente a escassez de recursos financeiros. Cinco homens e quatro mulheres declararam a agricultura de subsistência, cinco homens declaram a falta de trabalho, dois homens declaram o trabalho nas barragens como oferta de emprego predominante, oito homens e duas mulheres declararam o salário mais elevado no país de emigração, e seis homens e quatro mulheres as famílias numerosas.

A falta de emprego fora da agricultura constitui uma das razões fundamentais para o percurso migratório dos entrevistados. Os ex-emigrantes que entrevistámos recordam os tempos difíceis por que passaram: “Não havia nada para trabalhar” (*Homem / 65 anos*); “Tinha a mulher e a filha para sustentar, trabalho não tinha, que havia de ser da minha vida?” (*Homem / 63 anos*); “Nas terras não se ganhava nada, só nas terras não dava” (*Homem / 49 anos*); “Trabalhávamos no campo. Não havia dinheiro. Às vezes, até comíamos fruta verde que havia nos campos” (*Mulher / 59 anos*); “Andava por aqui de criado de servir de sol a sol. Com a idade de nove anos fui servir até à idade de vinte e sete. Não havia que comer nem beber” (*Homem / 59 anos*); “Era uma miséria. Não tínhamos dinheiro nem para a viagem. Tivemos que pedir dinheiro emprestado” (*Mulher / 56 anos*); “Trabalhava no campo, não havia coisas boas como há agora. Fome nunca passei. Comia-se do que dava o campo. A gente foi para lá para juntar dinheiro para mandar para cá” (*Mulher / 60 anos*); “Antes de emigrar trabalhava na lavoura. Ajudei a manter parte dos irmãos - quase todos. Dantes era muita pobreza” (*Homem / 81 anos*).

Depois do milho, a criação de gado, nos pastos de montanha (que abrangiam léguas de extensão) e nos campos e vales dos prados das aldeias, constituía a maior fonte de receita dos lavradores vieirenses.

População residente em Ruivães em 1960: 937 indivíduos.



Figura 9 – Aldeia de Ruivães nos anos 60 (Vieira do Minho)
Fonte: Fotografia cedida por Foto Silva

As escassas ofertas de trabalho que surgiam, em especial para os homens, resumiam-se às minas de volfrâmio, de *scheelite* e de estanho situadas no lugar da Borralha – concelho de Montalegre – e às barragens em construção, por esta altura (décadas de 60/70). Um entrevistado, à semelhança de muitos jovens do concelho, viu-se obrigado a ir trabalhar com 14 anos de idade para a barragem de Pisões. Até à 2.^a Guerra Mundial, as Minas-da-Borralha dominaram a produção de volfrâmio e de *scheelite* em Portugal, ocupando também lugares de destaque a nível europeu. No entanto, em 1958, a produção excessiva de volfrâmio não acompanha a procura e as minas encerram. Muitos trabalhadores confrontam-se com o desemprego. Ainda que em 1963 as Minas retomem parte da sua atividade, a mão-de-obra necessária escasseia e é incerta. Por esta altura, surge outra oportunidade mais atrativa: a emigração para o estrangeiro. Em 1986, as Minas-da-Borralha encerraram definitivamente.



Figura 10 – Minas da Borralha (Concelho de Montalegre)
Fonte: Fotografia das autoras, 2013

Para aqueles que tinham trabalho, o motivo para a emigração foi, essencialmente, a perspectiva de melhores empregos e salários noutros países europeus: “Sempre se ganhava mais um bocadinho” (*Homem / 65 anos*); “A minha mãe, para criar os filhos, tinha de andar a vender pão na Borralha a pé. A minha mãe fazia-me ir com ela... Nessa altura, teria dez anos. Depois, comecei-me a meter a servir” (*Mulher / 68 anos*); “Resolvi emigrar para tentar ter uma vida melhor. Eu até já ganhava mais ou menos, mas fui ganhar mais do que aquilo que ganhava” (*Homem / 63 anos*); “Eu quando fui para França, fui só, de facto, com a intenção de ganhar dinheiro porque emprego bom tinha eu em Portugal” (*Homem / 67 anos*).

Ou seja, emigrar significava a possibilidade de ganhar mais dinheiro para si próprio, ou para mandar para Portugal, para os que ficavam, normalmente pais e irmãos mais novos ou filhos, quase sempre em grande número (mais do que quatro).

Uma das principais características da sociedade camponesa do Minho dos tempos antigos é a existência de famílias numerosas. Na casa agrícola - unidade social elementar – trabalhavam os membros que compunham o agregado familiar, sem que esta fosse uma atividade lucrativa. As crianças, ainda de tenra idade, ajudavam nos trabalhos do campo e, por vezes, eram entregues à caridade de lavradores, auxiliando-os nas tarefas agrícolas e recebendo, em troca, uma refeição que desse, pelo menos, para “matar a fome”, ou comida para levar para os que ficavam em casa. As mulheres, em especial, ainda muito jovens, eram “postas a servir”, em casas de famílias mais abastadas.

População residente em Campos em 1960: 648 indivíduos.



Figura 11 – Família numerosa em 1965 (Lugar de Lamalonga, freguesia de Campos, Vieira do Minho)
Fonte: Fotografia cedida por Júlia Barroso

Em segundo lugar surgem as razões de reagrupamento familiar como principal motivação de partida (Sete maridos e um pai). Com efeito, uma característica várias vezes enunciada da emigração portuguesa relaciona-se com a tipologia do agrupamento familiar (entre cônjuges). O reagrupamento familiar constitui um motivo

sério de emigração e a legislação a respeito da integração de emigrantes, incluindo aquela que se refere à aquisição do estatuto de cidadão de um país, é uma expressão da preocupação política com a constituição da família. Importa-nos, neste ponto, observar duas realidades: i) nos anos sessenta esta discussão sobre a concessão de direito de residência estava ainda muito incipiente. A reorganização familiar era um objeto de ação quase exclusivamente tratado ao nível familiar e conforme a sagacidade e interesse de cada emigrante; ii) o reagrupamento familiar que observamos nesta geração significa, sobretudo, a possibilidade de a esposa acompanhar o marido e de ambos constituírem família num país estrangeiro.

De qualquer modo, a emigração define-se, muito particularmente, por implicar distanciamentos familiares que, à altura, pouco ou nada contavam com o uso de meios de informação e de comunicação, como hoje acontece. Neste contexto, a emigração produziu mudanças significativas nos modos de convivência familiar, devendo ser dito que no Norte de Portugal, uma das permanências social e sociologicamente mais interessantes se prende com modelos de vida em família que passam pela estadia no estrangeiro do elemento masculino, o marido e pai - e a estadia em Portugal da mulher, mãe. O facto de a mulher permanecer na terra e cuidar dos filhos, destacou-se na literatura sobre as relações sociais de género nesta região. Literatura que olhou para a realidade da mulher minhota, a partir das lentes das suas competências como mulher cuidadora e representante do marido (Pina Cabral (1984: 98).

O perfil de convivência familiar com o pai no estrangeiro e a mãe em Portugal, não é, contudo, o mais comum. Este perfil pauta-se, justamente, pela ida do homem primeiro e, as mulheres, que os aguardavam para casar em Portugal, seguiam depois com eles (Leandro e Rodrigues, 2007: 109-10). Ou seja, as entrevistas atestam que o casamento dos homens emigrantes com mulheres portuguesas, com as quais já se relacionavam antes de sair do país, era uma realidade. Em apenas um caso encontramos um casamento com uma mulher de nacionalidade estrangeira.

Para além de serem portuguesas, as esposas pertenciam à mesma freguesia dos maridos. De acordo com Rocha-Trindade (1976: 994) e Antunes (1981: 24), o casamento com portuguesas era uma condição assumida pelos homens que viam nas estrangeiras menos subordinação e menos colaboração para a economia familiar e, além disso, esta era ainda uma forma dos emigrantes transplantarem para o país de acolhimento um pouco das formas de vida e organização social das suas aldeias, recriando à sua volta alguns elementos do seu contexto sociocultural de origem. Mas, principalmente, o casamento com uma portuguesa protegia e dava mais sustentação ao sonho e projeto principal quando saem: a possibilidade de voltar a Portugal.

“Casei em 1973. Ela é de cá. Mas, quando casei, foi logo comigo. Nunca trabalhou. Depois, também veio logo o filho mais velho e, pronto, teve filhos...Pensei sempre em regressar a Portugal, até porque casei com uma portuguesa. Eu tinha vinte e quatro anos quando cheguei a França. Eu tinha muitas namoradas francesas”
(Homem / 67 anos).

A imagem abaixo mostra um emigrante vieirense em França, que vem a Lamalonga para casar com uma mulher portuguesa da mesma aldeia. No regresso a França é acompanhado pela esposa.

População residente em Campos em 1970: 311 indivíduos.



Figura 12 – Emigrante regressa a Vieira do Minho em 1971 para casar (Lugar de Lamalonga, freguesia de Campos – Vieira do Minho)
Fonte: Fotografia cedida por Júlia Barroso

De resto, e em terceiro lugar, apenas dois homens justificaram a partida para o estrangeiro como fuga à tropa e à guerra no ultramar.

2.1.3. A PARTIDA – A VIAGEM PARA O ESTRANGEIRO

Barreto *et al.* (1996: 35) escrevem que:

“Muita gente conheceu Paris antes de ir a Lisboa ou de “ver o mar”. Das Beiras, de Trás-os-Montes, do Minho, partiam carreiras regulares para França antes mesmo de haver meios de transporte públicos diretos para o Porto e Lisboa”.

Esta descrição serve-nos de ponto de partida para introduzirmos uma das dimensões mais estruturantes do momento da emigração – a viagem para um país estrangeiro –, quando a maior parte da população do Norte e desta região, em concreto, nunca havia saído antes das suas terras de origem. A viagem expressa-se, neste estudo que conduzimos, pelo menos de duas formas complementares: a) a viagem material, propriamente dita, e b) a viagem antecipada e representada. Esta última começa muito cedo a ter interferência na vida quotidiana da população. Os emigrantes entrevistados crescem a ouvir falar da existência de trabalho no estrangeiro através de familiares ou amigos que já tinham passado pela “odisseia” da emigração. Uns tinham primos emigrados que lhes escreviam dizendo que, se quisessem emigrar, o emprego estaria garantido. Outros tinham conhecimento desta possibilidade, através das conversas com amigos emigrantes, de regresso para férias.

Seja como for, a maioria dos entrevistados partiu deixando para trás a família, namoradas e a terra.

Um entrevistado, com receio que lhe roubassem os dois contos e meio que levava, meteu-os no forro do casaco, pois, como nunca tinha saído de casa, não sabia o que lhe podia acontecer. Outro estava receoso, pois já dentro do comboio na estação de caminho-de-ferro, em Braga, não encontrava os colegas que ficaram de lhe trazer os documentos para que pudesse viajar legal:

“Fiquei de ir com um filho do tal que me mandou ir e com um senhor que era primo dele. Nós ficámos de nos encontrar na estação. Mas desencontrámo-nos e nunca os vi. Eles tinham os meus documentos. Até tremia!- “O que é que eu vou fazer para França?” Ficámos de nos encontrar em Braga e não nos encontramos. Meti-me no comboio andei, andei, andei... Oh! Pá! Que medo! Dantes, as carruagens chegavam para aí a um quilómetro ou dois quilómetros ou mais... Ai! Que até tremia: - “O que é que vou fazer para França? Eu não tenho documentos! Não tenho nenhum cartão! Vou ser preso!” Marquei a minha carruagem andei, andei, andei... Eles vinham ao meu encontro eu ia ao encontro deles. Ai, que medo! E, então, fui com eles. Nós encontrámo-nos a meio da carruagem” (*Homem / 81 anos*).

Contudo, para além do desconhecimento e da incerteza, tornam-se também relevantes nas narrativas dos entrevistados, as expectativas que tiveram de gerir em relação àqueles que os aguardavam nos países de chegada.

Os entrevistados são detalhados sobre este momento, ao afirmarem que:

“Dali, de Hendaya, mandámos-lhe um telegrama [ao primo] a dizer que estávamos ali (...). [ele] já sabia que eu chegava. O comboio parou eu fiquei ali. Passada meia horita ele chegou levou-me para casa dele” (*Homem / 63 anos*);

“Havia muita dificuldade em conseguir as passagens para França. Foi o meu marido (...) Nessa altura, nós namorávamos, e foi ele que me veio buscar - aquilo que se diz “a monte”. Para mim, não foi muito difícil fazer essa caminhada porque já tinha um guia” (*Mulher / 67 anos*).

Uns fizeram a viagem sozinhos, outros acompanhados pelo cônjuge, amigos ou familiares. Os homens foram aqueles que mais partiram sozinhos e com amigos e as mulheres com os cônjuges ou familiares. Mas, se alguns dos amigos com quem partiam até eram do mesmo lugar, outros houve em que os amigos mais não eram do que outros indivíduos angariados pelos passadores noutras freguesias e que, depois, se tornavam colegas de viagem.

Expomos agora através da tabela 2 quantos emigraram legais e quantos emigraram clandestinos.

	França		Suíça		Canadá		Luxemburgo		Alemanha		Sub-total		Total
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H / M
Emigração legal	1	5	5	1	1		1	1	1		9	7	16
Emigração clandestina	11	2		1							11	3	14

Tabela 2 – Emigração legal e clandestina dos entrevistados
Fonte: entrevistas realizadas

Dezasseis entrevistados emigraram documentados e catorze eram clandestinos. Numa análise mais pormenorizada, percebemos que aqueles que emigraram documentados foram as mulheres que saíram para França e mulheres e homens que emigraram para países como a Suíça, Luxemburgo, Canadá e Alemanha. No primeiro caso não surpreende, porque, tal como foi dito anteriormente, o principal motivo para a partida das mulheres era o reagrupamento familiar:

“Fui só. Ele veio esperar-me a Hendaya. Fui pela emigração. Eu recorde-me que fui ao Porto, à Junta da Emigração. Deram-me um livro português/francês. A viagem: saí de Vieira. Fui no autocarro para o Porto e, depois, no Porto, fui de comboio. Tive de mudar em Irun. Em Hendaya ele estava à minha espera e, depois, fomos até Saint Étienne. Era lá que morávamos” (*Mulher / 71 anos*).

“Foi no Porto que apanhámos o comboio até Paris. O meu pai é que foi em 63 e aqueles anos foi para arranjar a papelada. Tivemos de ir três dias para o Porto. Não pagámos rigorosamente nada e, depois, lá tínhamos o bilhete para o comboio e ainda nos deram um farnel para cada pessoa. Chegámos a França. Tínhamos uma casa dada pelo consulado. Era perto de Orly. Tínhamos ali uma casa um espetáculo, a estrear. Chamava-se *allocation familiale* quem pagava aquilo tudo” (*Mulher / 68 anos*).

No segundo caso, as estatísticas demonstram que a entrada no território desses países era quase sempre feita de forma legal. Quando se supõe, aliás, que a emigração clandestina terá ultrapassado a legal em alguns períodos da década de 60, esses estudos referem-se sempre à clandestinidade direcionada para França.

Foquemos, finalmente, a nossa atenção nas narrativas dos entrevistados relativas ao tempo da viagem.

Para os que viajaram documentados, a viagem decorreu normalmente de comboio: “A viagem foi de comboio. Tinha tudo legal. Não houve problemas ao passar a fronteira. Mostrámos o contrato” (*Homem / 74 anos*).

Ou de avião: “Não fui clandestina. Já tinha contrato para trabalhar. Fui mais outra vizinha daqui. Fomos as duas de avião em 79” (*Mulher / 59 anos*).

Para obterem a documentação necessária era comum os entrevistados terem de se deslocar a Lisboa, à Embaixada: “Fomos a Lisboa à Embaixada. Fomos buscar os passaportes. Naquela altura, não se viajava sem passaportes, tudo legal” (*Mulher / 56 anos*).

Ou à Junta da Emigração, organismo criado em 1948, responsável pelo embarque dos emigrantes portugueses. O principal objetivo além do controlo sobre a emigração por parte das autoridades portuguesas, era proteger os que pretendiam emigrar da exploração dos agentes recrutadores clandestinos (Ministério do Interior, 1961: 14-15). Aqui eles tinham conhecimento das oportunidades de trabalho e então aproveitavam para se inscreverem:

“Apareceu para ir para a emigração e fui à rua Castilho. Fui-me inscrever para emigrar. Havia uma fábrica bastante grande lá e eles vieram cá e queriam pessoal para lá. Depois fui para lá para aquela firma” (*Homem / 67 anos*);

“Fui com um Contrato de Escola, o Contrato B um ano. Mas tive lá escola. Tive formação português/alemão. Fui por conta da emigração. Fui a Lisboa à rua da

Junqueira fazer exames médicos, testes. Fomos muitos para a construção civil e hotelaria. A viagem foi por conta da emigração. Eu não paguei nada. A gente ia tudo com contrato, passaporte, comida, tudo, tudo” (*Homem / 50 anos*).

Mas, os que partiram clandestinos não tiveram a mesma sorte. Depois da promessa do amigo ou familiar de trabalho garantido no país de acolhimento, impunha-se o problema de sair do país e atravessar as fronteiras. A solução era “arranjar” um passador:

“(…) Podia ir para França quando quisesse mas precisava de um passador. Eu não me podia ausentar. Eu queria um passaporte. Mas, depois de três anos de tropa cumpridos, o Salazar não nos dava o passaporte para nos ausentarmos para o estrangeiro. Eles não queriam que a malta saísse daqui. Queria ter a malta debaixo dos pés a trabalhar fosse no que fosse por uma côdea. A vida era assim” (*Homem / 63 anos*).

Passadores que, muitas vezes, como referem, não eram passadores diretos mas apenas intermediários a quem iam sendo “entregues” ao longo da viagem:

“Ele não era um passador direto porque o passador verdadeiro nunca o conheci porque eles nunca dão a cara. Naquele tempo era assim (...)” (*Homem / 67 anos*);

“(…) Paguei doze contos e meio naquela altura a um passador. Passadores que eram daí de cima dos lados da fronteira. Eram portugueses e um espanhol ... Depois veio o senhor de Tourém” (*Homem / 65 anos*).

Até na própria aldeia era comum existirem estes engajadores de homens e mulheres: “(...) Chamavam-se os passadores (...) O meu tio é que arranjava pessoas para irem” (*Mulher / 69 anos*).

E, assim, se partia “a salto” com um “passaporte de coelho”, sobretudo para França: “Um passaporte de coelho. Fui a monte, nós é que dizemos e lá os meus colegas também diziam mais eles” (*Homem / 74 anos*).

Mas os “passaportes de coelho” custavam dinheiro, até porque alguns dos passadores faziam deste o seu modo de vida e profissão. Ora, naquela altura não havia dinheiro nem para comer quanto mais para a viagem. E, se os homens tinham que pagar adiantado, em relação às mulheres parecia ser comum os passadores só receberem o dinheiro quando “as entregassem” aos maridos:

“(…) Nunca mais me esqueci. Foram dois contos e meio que pagámos. Mas só lhe demos o dinheiro em França. Ficou assim tratado: quando me entregassem ao meu marido dávamos-lhe o dinheiro” (*Mulher / 69 anos*).

Partiram, então, das suas aldeias de camioneta, de carro ou de carrinha. Uns foram ter a Montalegre. Outros a Chaves. Outros à estação de comboios, a Braga.

Um dos entrevistados levava um jornal na mão já desde a estação de comboios, de modo a ser reconhecido por outro passador, ao longo da viagem:

“(…) Deu-nos [o passador] um jornal a cada um e disse assim: - “você não percam este jornal. Vocês levem este jornal enrolado na mão. [E nós]:- sim, senhor!” O outro coitado não conhecia uma letra do tamanho de um autocarro. Era de Pepim (...) o passador que nos ia passar também não nos conhecia. Qual era a senha? Era o jornal! Lá fomos (...)” (*Homem / 67 anos*).

Os que iam clandestinos, para atravessarem a fronteira espanhola, a partir de determinada altura tinham de ir a pé, juntamente com os passadores: “Ele ali para cima parou o carro. Lá tinha a combina com o Espanhol. No monte entregou-nos ao espanhol” (*Homem / 63 anos*).



Figura 13 – Fronteira ibérica na localidade de Tourém (Concelho de Montalegre)
Fonte: Fotografias das autoras, 2013

Os momentos difíceis porque passaram ficaram-lhes gravados na memória. Andar horas e horas, de dia e de noite, pelo monte, não era fácil. Contam que seguiam pelo meio das giestas para não serem vistos. Por vezes, eram surpreendidos por fortes nevões. As montanhas não eram fáceis de enfrentar. Dormiam em estábulos de animais e a fome era muita. Na generalidade, os entrevistados lembram muito bem a viagem de há quarenta anos:

“(…) Saímos por volta das dez horas da noite. Atravessar a serra a pé até chegarmos a Espanha. Tudo sempre a pé, (...) horas e horas toda a noite por meio das giestas escondidas, nós andámos toda a noite e todo o dia só chegámos ao outro dia a Ourense, cheios de fome (...)” (*Homem / 58 anos*);

“(…) Fomos a pé pelo monte (...) foi um bocado difícil que estava uma camada de neve” (*Homem / 66 anos*);

“(…) Aproximava-se a noite [o passador chegou e disse:] – “eu sou o vosso passador!” E lá seguimos o indivíduo. Ele à nossa frente e nós atrás. Quando chegámos à montanha dizê-lo é uma coisa, mas vê-lo é outra. O que ia à frente com os calcanhares dava na testa [do que viesse atrás] tinha 90% de inclinação. Porque é que nós conseguimos subir? Porque havia árvores. A gente agarrava-se às árvores e a idade era propícia (...)” (*Homem / 67 anos*);

“(…) Começámos a descer para Lobios. Fomos para um cortelho - uma corte. Essa corte estava cheia de caroços e tinha lá quatro cães perdigueiros. Esse tal Escalreira [era o passador] deitou-os fora. Entrámos nós e ficámos até que viesse o dia... Ali estivemos. Ali ficámos assim à deriva. Falar, NADA! [Pensávamos:] – “que vida vai ser a nossa?” (...)” (*Homem / 67 anos*);

“(…) Ficámos a dormir num palheiro vestidos como íamos. Ficámos ali agachados. Escondidos (...)” (*Homem / 67 anos*);

“(…) Meteu-nos lá numa corte [o passador] ao frio o resto da noite. Lá estivemos a olhar um para o outro toda a noite” (*Homem / 63 anos*).

Depois de passada a fronteira espanhola, e quando conseguiam transporte, a situação pouco ou nada melhorava. O máximo que conseguiam era camiões fechados que transportavam animais:

“(…) De noite, metiam-nos em camiões fechados que transportavam os animais e fazíamos, por exemplo, duzentos, trezentos quilómetros por noite, íamos uma média talvez quarenta, cinquenta [pessoas]” (*Homem / 65 anos*).

“Nós éramos noventa pessoas dentro do camião transportados como gado que vai para o matadouro. Chegámos assim a Hendaya” (*Homem / 65 anos*).

Após tão longa e penosa viagem em condições desumanas, chegaram, finalmente, à fronteira de Espanha/França – Hendaya. Os entrevistados fazem a seguinte descrição desta fronteira:

“Irun é Espanha passa um rio e do outro lado do rio é França. É Hendaya. Em tempos houve os que atravessaram a nado. Alguns morreram” (*Homem / 63 anos*).

“(…) Ao chegar à fronteira de Hendaya há uma separação, uma rede alta que separa Espanha e França” (*Homem / 67 anos*).

De todo o modo, houve os que alcançaram o território francês a pé, de comboio ou de táxi. Passar a ponte a pé por cima do rio Bidasoa é recordado com pormenor:

“A minha viagem é um romance (...) Fomos direitos à fronteira. É uma ponte grande que a gente lá passa e depois a minha tia passou. Mas, a mim não me queriam deixar passar porque eu não tinha o Bilhete de Identidade [porque tinha caducado e não o tinha conseguido renovar a tempo da viagem]. [Perguntaram:] -“Você que vai fazer para França? E eu digo:- Vou visitar o meu marido”. [E perguntaram:] “O Bilhete de Identidade? [Respondi:] - Olhe, perdi-o no restaurante!” [Na verdade] Eu tinha-o deixado a renovar. Não sabia que era preciso, e eles já estavam todos do lado de lá da ponte e eu ainda estava sozinha no lado de cá, mas o passador ainda não tinha passado sem passarem todos. Diz ele assim: - “então tem de tornar para trás! Você espere um bocadinho que eu vou falar com o chefe. Mas você vai ter de ir embora!” E ele foi lá dentro de uma casita. Eu peguei, fui pela ponte adentro com o pequenito e nem para trás olhei. Ao olhar para o rio lá fui. Não esperei que eles viessem. Quando eles deram conta, eu já estava do outro lado. E digo assim:- “aqui já é França! Agora já não me fazem mal nenhum!” (*Mulher / 69 anos*).

Dois, escondidos por entre os comboios que por ali se encontravam estacionados ainda conseguiram passar a tal rede alta que separava Espanha de França, sem nunca deixarem para trás o garrafão de vinho. Mas, depois, não cabiam no carro dos amigos. A solução era solicitar às autoridades que lhes fosse passado um visto, a fim de poderem circular durante três meses em território francês. O visto foi, no entanto, recusado. Após segunda tentativa clandestina, conseguiram passar e fazer a travessia em território francês, sem maiores sobressaltos.

Os que atravessaram de comboio também não tiveram a vida facilitada. Alguns munidos apenas do Bilhete de Identidade, viram-se obrigados a esconderem-se na parte reservada à bagagem, por detrás das malas, para não serem apanhados.

Mais fácil parece ter sido para os que atravessaram de táxi, pois eram ajudados pelo próprio motorista. Este teria recebido instruções de algum passador em Espanha, no sentido de comunicar às autoridades policiais que aqueles homens iam para França para trabalhar. Segundo referem, as autoridades policiais facilitavam a passagem porque os franceses queriam ter lá gente para trabalhar. A um dos entrevistados, aliás, bastou dizer que lhe tinham roubado o passaporte e mostrar a direção dos familiares que o acolheriam no destino e, logo, lhe passaram um documento que o autorizava a prosseguir viagem.

Uma vez em território francês, a viagem decorria sem grandes percalços. Tiravam o bilhete de comboio ou apanhavam um táxi com destino à residência dos amigos ou dos familiares.

2.2. ESTADIA NO ESTRANGEIRO

2.2.1. LOCALIDADES DE RESIDÊNCIA

À espera no estrangeiro, os emigrantes tinham familiares ou amigos que lhes davam alojamento à chegada. A tendência para a concentração territorial dos emigrantes portugueses nas mesmas regiões é um dado apontado por outros estudos (Poinard, 1983; Portela e Nobre, 2002), que mostra a relevância das redes de solidariedade e de interconhecimento na resolução de problemas surgidos em contextos culturalmente desconhecidos e, por vezes, hostis, pelo menos nos primeiros momentos.

Os locais para onde foram os emigrantes que incluímos na amostra são múltiplos e dispersos. Contudo, Paris em França e Zurique na Suíça foram os locais onde se concentrou o maior número de emigrantes entrevistados, pois como afirmam Gonçalves e Machado (2007: 69), os emigrantes concentraram-se preferencialmente nas grandes aglomerações urbanas.

2.2.2. MÚLTIPLAS ATIVIDADES E EMPREGOS

Depois de instalados, era necessário arranjar trabalho. Esta foi uma tarefa fácil, sobretudo para os homens, a avaliar pelas experiências que relatam de no dia seguinte à viagem, terem começado a trabalhar. Distribuíram-se, sobretudo, pelos escalões baixos da construção civil, das obras públicas, dos trabalhos fabris, de carpintaria e de hotelaria conforme as ofertas dos países de receção. As mulheres, como afirma Sousa (1972: 46), eram, na sua maioria, domésticas, ou empregadas fabris. O emigrante estava concentrado no trabalho contínuo e diário, por vezes marcado pela acumulação de vários empregos, o que dificultava, logo à partida, a frequência de estabelecimentos de ensino ou formação profissional. Mas, também a situação económica e cultural era de tal modo deficitária que não lhes permitia conceber projetos cultural e socialmente mais ambiciosos. O único objetivo era angariar dinheiro para obterem uma situação económica mais favorável, no país

de receção e, sobretudo, em Portugal. Estes dados demonstram, à semelhança do que afirma Antunes (1981: 21), que a emigração favoreceu a mobilidade social, por possibilitar o aumento do capital económico.



Figura 14 - Trabalho de siderurgia em França, em 1964 (Vila de Florange na região administrativa de Lorraine)
Fonte: Fotografia cedida por João Couto



Figura 15 – Trabalho de construção civil em França em 1966 (Cidade de Rouen na região da Normandie)
Fonte: Fotografia cedida por António Barroso

A vontade de vencer no estrangeiro era muita, mas as dificuldades também. De todas as dificuldades encontradas, a principal, foi o elevado número de horas de trabalho. Os homens mencionam trabalhar dez, onze, doze e catorze horas por dia, bem como aos fins de semana. Queriam angariar dinheiro para enviar para Portugal. Por isso, obrigavam-se a fazer horas extraordinárias para o mesmo patrão ou para outro, desde que pudessem fazer uns “biscates”:

“Nós lá, não é como pensam muitos aqui! Que se chega lá abana-se a árvore e os ameixos caem! É muito diferente! Não é nada disso! Lá fora temos que nos por a pé à hora que tem que ser. Durante muitos anos foi às 5 horas da manhã e tivemos ocasiões de entrar a partir da meia-noite” (*Homem / 65 anos*).

Não admira, portanto, que Raveau (citado em Portela e Nobre, 2002: 1111-1112), afirmasse que os portugueses atraem críticas por surgirem como migrantes-modelo para o patronato. Aliás, os próprios emigrantes transparecem esta consciência:

“(…) Na classe trabalhadora eram racistas [os franceses]. (….) Tinham raiva de nós (….) [diziam]: “tu és português sale race!” E, depois, nós ganhávamos mais do que eles e os patrões preferiam “embochar” [contratar] um português (….) A isso é que eles tinham raiva (….) [diziam] que nós íamos comer o pão deles” (*Homem / 81 anos*).

Sousa (1972: 57) refere, a propósito, que os imigrantes que trabalhavam nestes setores de atividade mais tradicionais e que não possuindo qualificação profissional, recebiam, sem violação da legislação social, os mais baixos salários em França. Acrescentam Portela e Nobre (2002: 1118) que, ainda assim, os que trabalhavam na agricultura recebiam um salário bastante inferior aos que trabalhavam na construção civil.

Dos trinta entrevistados, apenas um mencionou receber um salário tão baixo que mal dava para comer, talvez por a sua profissão durante o percurso migratório ter sido exclusivamente a de empregado de fábrica de madeira:

“(…) Aquilo estava de uma maneira que era preciso um gajo matar-se muito e não tirava a fêria, como os outros. Conclusão: estive um mês, dois, três, ia ganhando para comer (….) Nunca ganhei mais do que o salário mínimo nacional, mas dava-me casa (….) Dava-me um bocado de terra para eu fazer um quintalzinho (….) e estivemos ali até sermos mandados embora” (*Homem / 63 anos*).

A segunda dificuldade mais apontada foi a da conciliação da vida familiar e a vida profissional. Com a emigração, os trabalhos domésticos e o cuidado aos filhos deixaram de ser atributos exclusivos das mulheres porque elas também saem para trabalhar, desempenhando um papel instrumental importante para a sobrevivência da família. A este respeito, importa citar Wall (1984) e Rocha-Trindade (1983) que afirmam:

(…) O projeto migratório das mulheres emigrantes rurais tem sempre objectivos económicos concretos – constituição ou melhoramento do património material do grupo doméstico – e um projecto de estadia que prevê um regresso próximo. A presença e o trabalho da mulher, o projecto migratório, e o regresso do grupo doméstico constituem elementos indissociáveis” (Wall, 1984: 56).

“O reagrupamento familiar é mais destinado a multiplicar oportunidades de remuneração/poupança do que devido a uma intenção de transplantar a família para outro país, com carácter definitivo” (Rocha-Trindade (1983: 94).

Existem quatro modelos de relacionamento entre homens e mulheres no espaço doméstico. Com efeito, tal como referem as autoras, o projeto migratório das mulheres rurais tem sempre objetivos económicos. E isso implica terem de redefinir estratégias no seio do grupo familiar para que a mulher possa trabalhar. A necessidade de compatibilizar horários, por exemplo, era essencial:

“(…) Sempre trabalhámos na mesma fábrica. Mas, depois, quando nasceu a minha filha, quando eu fosse de manhã, o meu marido ia de tarde. Quando eu fosse de tarde, ele ia de manhã. Só mudámos de turno para guardar a menina, para não pagarmos” (*Mulher / 60 anos*).

Este modelo familiar é, de facto, o padrão que mais encontramos. Mas, o segundo modelo familiar é o do marido que trabalha e esposa que permanece em casa. Não

obstante a negociação familiar que libertava a mulher para o desempenho de atividades fora de casa, a representação tradicional sobre o papel da mulher no espaço doméstico continuava a ser estruturante. Uma entrevistada ainda trabalhou durante algum tempo num talho, mas logo saiu porque o marido exigia a sua presença em casa permanentemente:

“(…) Era mais da parte da manhã que trabalhava (…) porque o meu marido não gostava (…) Gostava muito de receber os colegas em casa. Pedia-me para lhes dar a merenda” (*Mulher / 62 anos*).

Na realidade, estão aqui bem patentes ainda práticas concretas muito rígidas no que se refere à divisão sexual do trabalho. Nestes casos, a presença das esposas junto dos emigrantes serviu o propósito de criar e educar os filhos, bem como fazer as outras tarefas domésticas. Aliás, os estudos de Leandro e Rodrigues (2007:10), indicam, a este respeito, serem, sobretudo, as mães que contactam com a escola e se mostram mais interessadas em orientar os filhos.

O terceiro modelo diz respeito ao dos maridos que levam as esposas, mas deixam os filhos em Portugal. Cinco entrevistados optaram por deixar os filhos em Portugal à guarda de familiares porque, na sua perspetiva, podiam trabalhar mais à vontade e, conseqüentemente, pensar em ganhar mais dinheiro:

“Nós viemos de férias e deixámo-la [a filha] aqui com os meus sogros para amea-lhar mais um pouco. A gente não tinha nada. Eu isto, comprei tudo, esta vivenda...” (*Homem / 66 anos*).

Elas representavam, assim, a estratégia do segundo salário. Queriam os filhos com elas mas os maridos não deixavam:

“(…) Não! Não! Para aqui não vêm porque estragam a vida toda à gente, não podes trabalhar!” (*Mulher / 68 anos*).

Algumas vinham dar à luz os filhos a Portugal regressando depois ao estrangeiro. Entristecidas, recordam que “deixar os filhos para trás” foi dos momentos mais difíceis das suas histórias da emigração.

O quarto modelo, que classifica apenas dois casos, é o das esposas que nunca emigraram. A estratégia do grupo familiar é a de que a mulher fica para tomar conta da exploração agrícola, do património que vai sendo construído com as poupanças enviadas do estrangeiro pelo marido, e dos filhos pois, como afirma Wall (1984: 60), dada a certeza do regresso, consideram ser melhor socializar os filhos no país de origem, ou correm o risco de eles não quererem voltar para Portugal, deitando por terra o sonho do regresso às origens, logo que lhes fosse economicamente possível.

Há pouco dissemos que os emigrantes faziam muitas horas de trabalho, na expectativa de ganharem mais dinheiro. No entanto, embora em número inferior, existiam também aqueles que “ganhavam bem”, fazendo o horário de trabalho normal. Um entrevistado emigrado em França referiu, a este propósito, a redução da carga horária obrigatória por lei. Outros tiveram a sorte de estarem emigrados em países como a Suíça, Luxemburgo e Alemanha onde auferiam salários que consideravam bastante razoáveis, sem se sentirem explorados.

Outra das oportunidades que constatámos, e que vem sendo referida ao longo deste trabalho é, sem dúvida, a do salário mais elevado no país de emigração, até porque a grande maioria nem sequer salário tinha antes de emigrar.

2.2.3. CONDIÇÕES DE ALOJAMENTO

Reportemo-nos, em primeiro lugar, às condições de habitabilidade no início da estadia no estrangeiro. Apenas seis entrevistados habitaram em alojamentos precários nos primeiros tempos de emigração. As suas histórias narram vidas de tempos difíceis. Eram alojados em quartos pequenos de pensões que serviam apenas para dormir. A cozinha ficava fora, assim como as instalações sanitárias. Outros habitavam em casas desprovidas de mobiliário, tal como nos contou um entrevistado:

“A casita (...) era velha, mas bem me serviu (...) O patrão deu-nos a chave. Nós não tínhamos nem cama nem nada, nem um banco para nos sentarmos (...) Peguei em meia dúzia de tábuas e fiz uma mesa às três pancadas para pormos um fogãozito (...) Nas malas de viagem, sentávamo-nos” (*Homem / 63 anos*).



Figura 16 – As “barracas” dos emigrantes vieirenses em França, em 1965 (Vila de Saint-Étienne - Região de Rhône-Alpes)
Fonte: Fotografia cedida por António Barroso

A grande maioria – 20 entrevistados - habitou em alojamentos com as condições mínimas exigíveis, beneficiando do mínimo de conforto. Uns viviam nos *bungalows* das empresas onde trabalhavam e a que muitos chamavam “barracas”, embora, como descrevem, tivessem todas as condições sanitárias, incluindo água quente, aquecimento etc., em todo o caso consideradas comodidades a que não estavam habituados na terra natal:

“Eu fui viver numa - eles chamavam-lhe barraca, mas o nome próprio era bungalow e tinha condições. Vivíamos lá quatro homens. Tínhamos condições, sofagem etc. (...)” (*Homem / 67 anos*).

Outros, não tendo a proteção do patrão, familiares ou amigos, viram-se obrigados a resolver por si o problema do alojamento. Alugavam casas ou quartos mobilados, juntamente com outros emigrantes.

Embora em número muito reduzido, quatro entrevistados declararam possuir, já no início, níveis de conforto elevados, mesmo habitando em *bungalows* ou casas alugadas para trabalhadores. Estes casos dizem respeito a histórias de emigração na Suíça e Alemanha:

“O alojamento era por conta do patrão. Tínhamos todos os confortos. Quem ia para a hotelaria com aqueles contratos permissão B, contrato de escola como lhe chamavam (...) [tinham tudo pronto à chegada]” (*Homem / 50 anos*).

Durante o percurso migratório, as condições habitacionais foram melhorando, o que se deveu, por um lado, ao facto dos emigrantes homens se irem casando, deixando os *bungalows*, casas de familiares etc; por outro lado, o nascimento dos filhos, tornava urgente ter mais espaço disponível.

Noutros casos, a situação financeira ia melhorando e, conseqüentemente, oportunidades de escolha iam surgindo, levando uns a construir ou a comprar casa própria e outros, a mudar de casa, até obterem boas condições de alojamento: “(...) A Frau Sutter [patroa para quem trabalhava na Suíça] tinha uma amiga que alugava apartamentos e arranhou-me, então, esse apartamento, aí já tinha todo o conforto” (*Mulher / 67 anos*).



Figura 17 – Exterior de alojamentos de emigrantes vieirenses em França, em 1981 (Cidade de Brest , região da Bretagne)
Fonte: Fotografia cedida por Filomena Fernandes

Em suma, podemos afirmar que, a maior parte dos emigrantes entrevistados, durante o percurso migratório, habitou em condições que se tornaram aceitáveis logo nas fases iniciais, já que o problema do alojamento, segundo Sousa (1972), apresentava, uma gravidade extrema nas zonas urbanas da região de Paris, atingindo especialmente aqueles que não tinham alguém conhecido que lhes desse abrigo.

2.2.4. ADAPTAÇÃO À LÍNGUA

A falta de domínio da língua da sociedade de acolhimento era uma barreira para o emigrante logo à chegada. Serra (1975: 95), escreveu a este respeito que:

“Mais de metade dos emigrantes entrevistados (56,1%) usavam com mais ou menos facilidade a língua local – o que é básico em todo o processo de integração – e 19,3% não compreendiam absolutamente nada da língua francesa”.

Do total de entrevistados, 17 adaptaram-se facilmente à língua estrangeira, 10 tiveram mais dificuldade na aprendizagem e apenas três não se adaptaram. Os motivos apontados para as três categorias são os seguintes:

Adaptação fácil:

1. O conhecimento da língua que permitia uma vantagem em relação aos outros emigrantes:

“(…) Talvez a minha evolução rápida fosse falar já um bocadito francês. Eu era interprete numa firma onde noventa e tal por cento eram portugueses. Era, como se costuma dizer, rei no meio deles. Quando eles queriam mandar dinheiro para as mulheres eu é que ia com eles ao correio servir de intérprete (…)” (*Homem / 67 anos*).

2. A integração em equipas de trabalho estrangeiras, a qual obrigava à aprendizagem rápida, sob pena da perda do posto de trabalho:

“(…) Aprendi talvez mais em três ou quatro meses que lá estive no princípio que depois, porque quando comecei a trabalhar meteram-me numa equipa só de franceses e eu era obrigado a aprender” (*Homem / 65 anos*).

3. O convívio com os nacionais dos países de acolhimento, quer andando pelos cafés no caso dos homens, quer conversando com a vizinhança do prédio, no caso das mulheres:

“Peguei-lhe depressa. Quem quiser aprender o francês tem que fazer o vagabundo, o vadio. Quem quiser andar pelos cafés aí aprende-se” (*Homem / 67 anos*);
“Foi muito fácil de aprender. Começámos logo a falar francês arranhado (….) Onde a gente morava havia ali muito francês” (*Mulher / 62 anos*).

4. Aulas das línguas estrangeiras ministradas por párocos para que os emigrantes pudessem aprender mais rapidamente.

Adaptação difícil:

1. As dificuldades na aprendizagem. Os gestos são o principal modo de desenrasque: “Foi difícil (….) Estavam à vista [os produtos no supermercado] (….) A gente ia e pegava (….) Passado um ano a desenrascar [começou a adaptar-se]” (*Homem / 68 anos*).
2. A integração em equipas de trabalho portuguesas, não havendo oportunidade de contacto com a língua estrangeira: “O problema que a gente tinha é que estava a trabalhar com portugueses não falava francês para ninguém, nunca chegava a aprender” (*Homem / 63 anos*).
3. A mistura linguística. Um entrevistado que viveu em França por mais de 40 anos disse meio envergonhado: “Eu falo muito mal o português e o francês também” (*Homem / 65 anos*).

Inadaptação:

Dificuldades na aprendizagem, sobretudo por parte dos que tinham de falar outra língua que não o francês. Um dos entrevistados referiu ter vindo embora sem saber dizer uma única palavra em alemão.

Tal como se observa noutros estudos realizados (Portela e Nobre, 2002: 1119; Serra, 1975: 95), os emigrantes fizeram adaptações diversas à língua estrangeira com alguma facilidade, embora não se tenham tornado suficientemente fluentes. O principal motivo referido pelos entrevistados é o desinteresse por aprender mais, dado que tinham como projeto central poder regressar ao país.

2.2.5. *HÁBITOS ALIMENTARES*

A maior parte dos entrevistados transplantou para o país de acolhimento os modos de cozinhar típicos da região de origem. 14 homens e cinco mulheres declararam cozinhar comida tradicionalmente portuguesa, três homens e três mulheres cozinhavam comida tradicionalmente portuguesa e do país de acolhimento e nenhum dos entrevistados declarou cozinhar somente comida do país de acolhimento.

E, dizem eles, que cozinhavam à moda portuguesa porque gostavam mais e porque nos países estrangeiros as comidas eram “diferentes”, essencialmente à base de manteiga, sandes, chás e molhos a que eles não estavam habituados. Um entrevistado contou que sempre que chegava ao Luxemburgo, a primeira refeição do dia era simplesmente uma água de cebola para temperar o estômago, como se usava na sua aldeia. Os emigrantes quase nunca iam comer aos restaurantes:

“Levávamos a marmita sempre. Mas todos os portugueses ainda hoje (...) Em França se não for um casal a trabalhar não dá, porque em França não há diárias (...)” (*Homem /65 anos*).

A preferência pelos hábitos alimentares portugueses está repleta de significados, especialmente para os emigrantes provenientes das comunidades rurais, presos à tradição cultural das terras onde nasceram. Por exemplo, as couves com feijões é um prato da tradição antiga (familiar e popular) preparado com produtos endógenos locais e regionais que marca a identidade dos emigrantes de Vieira do Minho no estrangeiro.



Figura 18- A gastronomia como cultura: o típico prato de Vieira de couves com feijões
Fonte: Fotografia das autoras, 2013

2.2.6. INTEGRAÇÃO EM ASSOCIAÇÕES E OUTRAS FORMAS DE CONVÍVIO

Autores como Almeida (1975), ou Rocha-Trindade (1976), salientam que os emigrantes assimilam a cultura do país de emigração superficialmente e de uma forma instrumental. Porque são estrangeiros num país que não é o seu, procuram apoio junto de quem lhes é culturalmente familiar, o que favorece o aparecimento de movimentos de tipo associativo de carácter formal e informal.

A maioria dos entrevistados não integrava associações ou outras formas de convívio. Os que as integravam contam como se organizavam festas e bailes onde atuavam ranchos folclóricos típicos portugueses e cantores conhecidos como a Amália Rodrigues, Tony Carreira ou o Toy. As mulheres eram as que mais gostavam de ir porque, assim, aproveitavam para conviver com os portugueses:

“(…) Íamos a essas festinhas dos portugueses (…) A gente gosta sempre mais de conviver com os portugueses que é a nossa língua. Estávamos por lá. Éramos emigrantes. Era a nossa família” (*Mulher / 60 anos*).

Os homens preferiam jogar futebol com os seus conterrâneos. De resto, a forma de convívio mais premente e importante era a familiar. Aos fins de semana reuniam-se cunhados, irmãos, sobrinhos, tios, primos, etc. Era um convívio ora na casa de uns, ora na casa de outros e em que a comida e a música ocupavam mais tempo.



Fig. 19 – Convívio com familiares em França em 1968
Fonte: Fotografia cedida por João Couto

A fraca participação em associações ou em outras atividades de ocupação dos tempos livres, para além do convívio familiar, fica a dever-se, essencialmente ao facto de o emigrante usar o tempo de que dispõe a trabalhar. Serra (1975:90), afirmou que fora do trabalho, do *bulot*, e do metro, os emigrantes não tinham tempo se não para comer e dormir. Esta era a realidade vivenciada pela maioria dos entrevistados. A permanência no estrangeiro só servia um propósito: o de angariar dinheiro para voltar para Portugal com uma situação financeira mais confortável:

“(…) a minha vida não dava para isso [para ir a festas, eventos desportivos etc.]. Aos fins de semana, quando chegava do trabalho fazia a casa (…) Em vez de ir para o café, para a tuna, a minha vida foi sempre em casa a trabalhar. Se queria ao fim da vida recuperar alguma coisa tinha que se trabalhar” (*Homem / 65 anos*).

Ainda que muitos tivessem os fins-de-semana livres não atribuíam importância ao convívio social, característica comum nas comunidades rurais:

“(…) Não me dizia nada ir” (*Homem / 66 anos*);

“Nós gostamos pouco de confusões” (*Homem / 58 anos*);

“(…) Aos Domingos ia até à Praça por ir (…)” (*Homem / 68 anos*).

2.2.7. OPÇÕES DE POUPANÇA E DE INVESTIMENTO

O grande objetivo dos emigrantes foi o de investir no país de origem. Autores como Leandro, Poinard, Portela e Nobre e Rocha-Trindade assinalam que a grande maioria dos portugueses emigrados nos anos 60/70 indicava a construção ou aquisição de uma casa, dotada de boas condições de conforto moderno, como o principal motivo de partida. Este era também o objetivo comum a praticamente todos os entrevistados:

(…) Vim aqui [à terra natal] comprei um bocadito de terreno. Foi antes do 25 de Abril. Comprei o terreno. Não o paguei logo. Eu tinha só quarenta contos. Comprei, então, a terra (…). Queria era fazer uma barraca. Comprei os blocos para a casa. Deixei os barrotes já comprados e, depois, ajustei o grosso (…). Comecei a fazer assim a casa pouquinho a pouquinho. Chegávamos aqui era trabalhar para a casa. Fizemos ali uns barracos para as galinhas. [Eu] carregava os blocos, e os meus filhos trabalhavam aqui muito” (*Mulher / 69 anos*).

Por isso, a cada vinda de férias as obras continuavam, não havendo tempo para descansar e amigos, vizinhos e familiares - todos ajudavam na construção da casa do emigrante. Era necessário avançar rapidamente com os trabalhos, pois o regresso ao estrangeiro tinha dia marcado: “As minhas férias aqui eram sempre a trabalhar. Eu nunca fui passear” (*H / 63 anos*).



Figura 20 – Construção de casa de emigrante nos períodos de férias durante os anos de 1974 a 1977 (Lugar de Lamalonga, freguesia de Campos – Vieira do Minho)
Fonte: Fotografia cedida por António Barroso

Tal como relata Gonçalves (1996: 201-202), ter uma casa na aldeia onde nasceram era uma “obrigação”. Se, por um lado, era ali que estavam as raízes e parentes ainda vivos, por outro lado, a sua vinda significava para os residentes locais um sinal de sucesso:

“Nós era trabalhar e poupar para mandar para Portugal. Cheguei a um ponto tinha cá tudo (...) Aqui tínhamos casa (...) Já viu a vivenda que eu tenho aqui? Eu lá não tinha onde cair morto (...) Quando vim embora a casa já estava feita (...) Se não fosse o dinheiro de França ainda hoje vivia na velha (...) Eu quando fui para França a minha ideia era ir e arranjar dinheiro para comprar uma casinha” (*Homem / 63 anos*).

A casa do emigrante tem um estilo próprio que a distingue das demais casas tradicionais da envolvente. Com maiores dimensões, com elementos em dourado nas grades, com os mármorees nas escadas, com os azulejos coloridos e as grandes varandas e terraços, o emigrante pretende mostrar ostentação e abundância, sinal do sucesso alcançado no estrangeiro.



Fig. 21 – Casa de emigrante (Lugar de Lamalonga - Campos – Vieira do Minho)
Fonte: Fotografia das autoras, 2013

Muitos consideravam que, depois da compra da casa, o melhor seria depositar o dinheiro no banco para assegurar o futuro em Portugal. Esta era uma das grandes orientações de vida dos emigrantes portugueses. Tal como afirma Barreto (1996:39), o relevante crescimento económico no período de 1963 a 1973 ficou muito a dever-se às remessas dos emigrantes. Baganha (1994: 963), concorda, aliás, com o autor quando afirma ser inegável o enorme impacto da emigração na economia nacional.

Ter, então, dinheiro no banco e a render, significava a possibilidade de regressar à terra natal:

“Tínhamos a casa feita, tínhamos já assim um bocadito de dinheiro no banco. Deram aquela ajuda. O meu homem disse: - “eu vou-me embora (...)” (*Mulher / 62 anos*).

Muitos não se importavam de passar por privações no estrangeiro desde que conseguissem amealhar:

“(…) Ao fim de um mês, quando recebia, pegava no meu dinheirinho e no dela e ficava só o justo para comer e às vezes até à rasca. Eu ia ao correio mandava tudo para aqui. Nós era trabalhar e poupar para mandar para Portugal” (*Homem/ 63 anos*).

A terceira prioridade de investimento foi a compra de terrenos próximos da habitação porque o emigrante queria ascender à condição de proprietário (Antunes, 1981: 21) e porque ter terra era uma forma de garantir segurança no regresso, tanto

mais que para estas comunidades rurais a terra era a principal fonte de rendimento (Cabral, 1984: 102).

2.2.8. VINDAS DE FÉRIAS

A ligação dos entrevistados à terra natal é muito forte. Por isso, as vindas periódicas de férias são uma constante, tal como indicam outros estudos (Almeida, 1975: 209; Barreto *et al.*, 1996: 35; Portela e Nobre, 2002: 1127; Rocha-Trindade: 1976: 994).

Portela e Nobre afirmam, a este respeito, que:

“Com os regressos anuais, os laços entre os emigrantes e os familiares que permaneceram na aldeia, bem como entre os primeiros e os conterrâneos e demais vizinhos de povoados próximos, recordavam-se, refaziam-se e revitalizavam-se ciclicamente. A revisitação dos lugares, campos, lameiros e cemitérios e, sobretudo, os reencontros com amigos, vizinhos e gente conhecida fortaleciam, por certo, os sentimentos de pertença e de fusão com a gente e a terra”.

As saudades de Portugal e da aldeia são a razão mais vezes apontada para as deslocações frequentes. Uma entrevistada conta que nos primeiros tempos de estadia em França chorava com as saudades da terra e da família. O marido saía para trabalhar e ficava sozinha. Recorda como apenas as canções portuguesas que passavam às quatro horas da manhã na rádio portuguesa lhe proporcionavam a sensação de proximidade a Portugal:

“(…) Quando cheguei lá o meu marido saía para o trabalho e eu ficava sozinha. Eu tinha umas saudades daqui! Chorava. Chorava pela minha mãe, pelo meu irmão! Depois, não era capaz de dormir. Às quatro horas da manhã eu punha a rádio a apanhar o português. Ainda nem televisão tinha e, então, davam, assim canções portuguesas - “ai que saudades eu tenho de ti minha aldeia, ai que saudades eu tenho da luz da candeia!”. Eu chorei, chorei só por ouvir aquela canção” (*Mulher / 62 anos*).

As férias eram assim aguardadas com muita expectativa. Um entrevistado que trabalhava numa fábrica com outros portugueses nunca tinha a certeza se o chefe de escritório os deixaria vir de férias. Então, como forma de o sensibilizar inventaram uma música: “É Natal é Natal, é Natal Feliz, só não vai a Portugal quem Ludovic quis” (*Homem / 67 anos*).

E quando já em caminho se avistava Portugal, era uma alegria: “ (...) A gente quando chegava que via Portugal... ai que alegria! Ai que alegria! (...)” (*Mulher / 56 anos*).

A segunda razão mais apontada para a vinda de férias tem a ver com questões de ordem familiar. Uns tinham saudades dos pais e outros dos filhos: “ (...) O meu coração sempre esteve em Portugal porque eu tinha cá os meus pais” (*Homem / 65 anos*).

Outros da namorada: “(...) Eu disse: - “vou para Portugal!” Ainda era solteiro. - “Vou passar férias e vou ver a minha namorada! Já estou aqui há quinze meses!” (*Homem / 67 anos*).

A doença dos familiares entristecia também os que tinham partido e constituía motivo para visitas regulares à aldeia. Assim, aproveitavam e ajudavam no que podiam. Mas, além do apego à terra e da visita aos familiares, também se vinha de férias para visitar os amigos de quem se tinha saudades.

2.2.9. TEMPO DE RESIDÊNCIA NO ESTRANGEIRO

Dos dados recolhidos relativos ao tempo de residência no estrangeiro, à idade e escolaridade dos entrevistados à data do regresso definitivo ressaltam as seguintes conclusões:

1. Apenas um entrevistado regressou antes da década de 80; 11 entrevistados regressaram definitivamente no período compreendido de 1984 a 1989; oito entrevistados regressaram definitivamente no período compreendido de 1990 a 1996 e sete entrevistados regressaram definitivamente no período compreendido de 2000 a 2011;
2. No ano de regresso encontramos em algumas situações anos diferentes. Significa que os entrevistados regressaram a Portugal como projeto definitivo nos períodos intercalares. Contudo, as necessidades de ordem material obrigaram-nos a emigrar novamente. Aliás, um entrevistado continua num vaivém Suíça – Portugal;
3. A média do tempo de residência no estrangeiro no cômputo geral de todos os entrevistados é de 20 anos;
4. As habilitações escolares mantiveram-se as mesmas que detinham à data da emigração. 1 entrevistado não tinha qualquer instrução escolar; quatro entrevistados detinham a 3.^a classe; 21 entrevistados detinham a 4.^a classe; dois entrevistados detinham o 6.^o ano; um entrevistado detinha o 8.^o ano e um entrevistado o curso básico de datilografia;
5. A grande maioria regressou ainda em idade ativa. Dos 30 aos 38 anos de idade regressaram nove entrevistados; dos 40 aos 46 de idade regressaram 11 entrevistados; dos 50 aos 59 anos de idade regressaram nove entrevistados e a partir dos 60 anos de idade apenas regressou um entrevistado.

2.3. MOTIVAÇÕES DE REGRESSO DOS EMIGRANTES AO CONCELHO DE VIEIRA DO MINHO

Os motivos pelos quais os entrevistados regressaram ao Concelho de Vieira do Minho são vários. O apego a Portugal e à terra natal é a razão mais invocada para o regresso. Cabral, (1984: 100), afirma que:

“A relação entre o grupo social e a área geográfica a que está ligado é na sociedade camponesa tão estreita que um é incompreensível sem a outra (...) a relação entre o grupo social e a terra se não limita ao uso, mas é uma relação de identificação simbólica. O grupo social está literalmente enraizado numa extensão de terra específica, da qual recebe a sua força e a sua identidade”.

De facto, assim é. As expressões que expomos de seguida expressam o sentimento profundo que liga o emigrante - especialmente o homem - a Portugal e à

aldeia em que nasceu: “O nosso Portugal é o nosso Portugal. Morrer lá não!” (*Homem / 66 anos*); “Quando vinha ali a meio de Espanha parece que já sentia o ar português!” (*Homem / 49 anos*); “Isto é assim, fraco pássaro que nasce em fraca ribeira, está sempre a puxar para lá. Ela pode ser muito ruim mas o tipo nasceu lá e está sempre a puxar para lá” (*Homem / 63 anos*); “É mais livre! É a nossa terra. É a pátria. Estou sempre morto por vir para Portugal que é sempre o meu país” (*Homem / 50 anos*); “O meu coração sempre esteve em Portugal. Portugal sempre. Portugal pronto, é Portugal!” (*Homem / 55 anos*); “Não há nada que chegue à terra Natal por isso é que eu vim embora, se lá estivesse já teria morrido sei lá” (*Homem / 68 anos*); “Sou português não renego a minha nacionalidade, estou todo contente por ser português” (*Homem / 65 anos*); “Tem a gente recordações bonitas de lá, mas a terra da gente é a terra da gente” (*Mulher / 56 anos*).



Figura 22 – As relações de vizinhança nas sociedades camponesas prendem o emigrante à terra onde nasceu
Fonte: Fotografia cedida por Maria Lopes

Estes laços, estão, aliás, bem presentes no desejo de educar os filhos em Portugal. Segundo Poinard (1983:273), a educação dos filhos parecia ser o problema mais difícil de resolver para as famílias emigrantes. Chegada a altura da entrada dos filhos na escola era tempo de tomar decisões. Se estes iniciassem o ensino escolar no estrangeiro significava que o regresso definitivo poderia não mais vir a acontecer. Ora, para muitos, isso era impensável. Por isso, alguns ponderaram e decidiram que era tempo de regressar:

“Chegou uma altura e virei-me para a mulher e disse: - “temos aqui um assunto a decidir. Ou pensamos em ficar em França para sempre ou regressamos a Portugal, porque daqui a três ou quatro anos nós já não tiramos daqui os miúdos. Vão para o liceu e ficam aqui. Quando [tiverem] doze ou treze anos [de idade] nem Português sabem falar ou mal. Nós temos de decidir isto!”. [E conclui] (...) vim para dar uma situação aqui aos meus filhos, para que não fossem emigrantes em França” (*Homem / 67 anos*).

Uma entrevistada também justificou o regresso pela preocupação com a educação dos filhos. Entendia que o “ambiente” em França entre os jovens não era o mesmo da sua aldeia. Enervava-a vê-los terem certos comportamentos que considerava desviantes e perigosos e, por isso, o melhor era regressar:

“(…) Era eles a juntarem-se com aqueles franceses e a andarem uns com os outros e aquela “balreada” toda” (*Esposa de um entrevistado*).

Ter amealhado poupanças suficientes constituía também motivo de retorno. O futuro em Portugal estaria à partida assegurado. Portela e Nobre (2002:1130), referem a este respeito que “tanto a acumulação das poupanças antevistas e/ou o recebimento de indemnização e/ou pré-reforma, concorrem para o regresso”.

Em 1982, um entrevistado recebeu de indemnização 1500 contos e outro em 1985, 3000 contos. Achavam eles que já era muito dinheiro e por isso podiam vir embora. Quem não recebeu indemnizações, mas tinha dinheiro no banco também rapidamente fez as contas aos juros: “Eu se for para lá com os juros a 30% (...) eu tenho 100 contos em cada mês (...) era uma maravilha” (*Homem / 63 anos*).

Outros vieram já com a reforma. A uns esta permite-lhes viver desafogada em Portugal, porque a carreira contributiva no estrangeiro foi longa. Mas a outros esta apenas lhes permite viver com o necessário. Referimo-nos sobretudo àqueles que tiveram de antecipar o seu regresso sobretudo por motivos de saúde:

“O meu marido sofreu um acidente de saúde (...) e depois, claro, os rendimentos (...) e lá a vida também já estava cara e naquele tempo o dinheiro que davam pela doença não era o suficiente. Então, optámos por vir” (*Esposa de um entrevistado*).

O desgaste provocado pelas condições duras de trabalho é também apontado como motivo para, principalmente os homens, abandonarem o estrangeiro: “Andava chateado daquilo e eu fazia muitos quilómetros por dia, cheguei a pontos que eu cansei” (*Homem / 65 anos*); “(...) Estou cansado. Nesta vida que eu ando não estou para isso. Vou-me embora” (*Homem / 63 anos*); “Estava cheio de trabalhar em França, lá trabalha-se muito” (*Homem, 81 anos*); “Eu trabalhava como um escravo” (*Homem / 65 anos*); “(...) Chegámos a um ponto que estamos cheios de trabalhar. Quando a gente só pensa em trabalhar é complicado. O emigrante antigo ia lá para trabalhar para ganhar dinheiro. Já estava saturado de trabalhar e, portanto, tentei fazer uma vida mais fácil” (*Homem, 63 anos*); “Da vida que lá fazia não sinto saudades nenhuma” (*Homem / 65 anos*).

E o desejo de autonomia no trabalho e na gestão do tempo livre também. Eles sentem saudades das festas e feiras regionais características de Portugal e do convívio com os amigos no café. A filha de um entrevistado concorda quanto à qualidade de vida melhor em Portugal:

“Cá temos melhor qualidade de vida. Disso não há dúvida. Lá, é mais trabalho casa, casa trabalho. Naquela altura, estava-se em França para ganhar dinheiro. Havia muita oferta, podíamos ter equitação, patinagem artística (...) Só que essas coisas custavam dinheiro e nessa altura, era só mesmo pensar em juntar dinheiro para o regresso (...)” (*Filha de entrevistado*).

Há também as razões de ordem familiar que explicam o regresso. Antunes (1981: 24), afirma que:

“Em especial no que respeita aos emigrantes portugueses na Europa, parece que a maioria deles manifesta a vontade de, algum dia, regressar à sua terra de

origem, especialmente os de mais idade e aqueles cuja família se encontra em Portugal”.

Na realidade, ter a esposa e filhos, em Portugal constituía motivo sério de regresso para os homens (Poinard, 1983: 281): “(...) Foi por causa dos filhos [que regressou], porque eles estavam cá e eu lá. Acabou. Não tornei. Agora é para lá e acabou” (*Homem / 66 anos*).

Achavam eles que não fazia sentido estarem separados da família: “Muito claro: eu regresssei porque não faz sentido estar um num lado e o outro no outro, e eu já estava lá há um ano e meio sozinho. Tenho pena porque eu lá ganhava muito dinheiro” (*Homem / 56 anos*).

E ter cá familiares doentes a necessitar de cuidados também. Nestes casos como afirma Antunes (1981:24), a realização do objetivo de regresso está dependente de circunstâncias que a isso obriguem.

Mas grande parte das mulheres sentiram-se obrigadas a regressar para satisfazer a vontade do cônjuge. Uns reclamavam estar doentes e outros simplesmente queriam regressar:

“Por mim estava sempre em França. O meu marido queria vir embora. Estava lá há doze anos. [Dizia o marido] – “eu quero ir embora para Portugal! Estou cheio de França! Dinheiro não tenho mas quero ir embora!” E eu, por minha vontade, ainda hoje lá estaria!” (*Mulher / 68 anos*).

“(…) Eu sempre quis vir. Sempre tive a ideia de vir porque o meu país nunca havia nada que o preenchesse. Eu estive lá este tempo todo, mas sentia-me sempre estrangeiro. A terra que eu calcava não a considerava minha. Eu olhava para o chão, para as árvores, para a montanha, eu olhava para tudo, mas eu não tinha aquele à vontade, aquele prazer de olhar, porque aquilo não era meu. No fundo, eu olhava para aquilo e dizia assim: - “isto não me pertence!” Naturalizar-me não me naturalizava, isso era coisa que eu não faria virar a casaca, virar as costas ao meu país não o fazia. (...). Eu só me senti bem quando vim para cá (*Marido de entrevistada*).

Por último, apontam-se ainda a doença e a falta de trabalho como motivos que forçaram o regresso antecipado. Saudosa do país onde esteve emigrada uma entrevistada explica que apenas regressou a Portugal porque os médicos não se “entendiam” com a sua doença:

“[Queria regressar a Portugal?] Não, não queria vir. Quando vim vinha doente queria vir, eu sei que vinha para me tratar melhor porque lá eles não se entendiam com a minha doença e então o marido disse vamos embora porque eu estou aleijado, tu estás doente, vamos embora” (*Mulher / 59 anos*).

2.4 A REINserÇÃO DO EMIGRANTE NO CONCELHO DE VIEIRA DO MINHO

Importa aqui analisar as oportunidades e dificuldades sentidas pelos entrevistados aquando da reintegração no concelho de Vieira do Minho, sejam elas a nível económico, social ou cultural. Segundo os vários estudos existentes (Rocha-Trindade,

1982: 5), quem regressa encontra um quadro de referenciais e modos de vida que podem ser diferentes daqueles a que já se tinha habituado no país para onde emigrou.

2.4.1. ATIVIDADE A QUE REGRESSAM OS ENTREVISTADOS E O INVESTIMENTO EFETUADO

Grande parte dos entrevistados voltou para a agricultura - profissão na qual trabalhavam antes de emigrar. Estes dados assemelham-se, no essencial e pelos mesmos motivos, aos resultados de outros estudos válidos para o contexto nacional, regional e local (Amaro *et al.*, 1984: 203; Gonçalves, 2009: 220; Poinard, 1983: 283; Portela e Nobre, 2002: 1133; Silva *et al.*, 1984: 127). Uma agricultura essencialmente pobre, familiar e sem quaisquer dimensões de mercado direcionada sobretudo para o auto-consumo. Regressar à agricultura representava essencialmente para os homens, a possibilidade de exercerem uma profissão autónoma, sem obrigação de cumprir horários e condições de trabalho rígidas: “Então, ia deixar a França para vir para aqui enriquecer os outros? Eu tinha terras. Tinha a minha casinha. Tinha um bocadinho de dinheiro de lado (...) tinha subsídio das ovelhas (...)” (*Homem / 63 anos*); “Eu, se me vim embora, foi para trabalhar no que era meu” (*Homem / 74 anos*).



Fig. 23 – Ex-emigrante regressa com entusiasmo à agricultura em 1981
(Lugar de Agra, freguesia de Rossas – Vieira do Minho)
Fonte: Fotografia cedida por Maria Augusta Gonçalves

A preferência deles pela aldeia e pelo modo de vida rural é acentuada até mesmo para aqueles que mencionaram a falta de espaços de lazer e de convívio, e das “politiquices” dos meios pequenos. Quanto questionados a este respeito a maioria respondia prontamente:

“Gosto muito mais da aldeia do que da cidade. Para mim, a cidade é muito confusa. Stressa mais” (*Homem / 58 anos*);

“Em Braga não me dava me dava, nem que me dessem lá um apartamento” (*Homem / 49 anos*);

“Não gosto da cidade. Só gosto da cidade para passear – ir de manhã e vir à noite. Viver em Braga? Não!” (*Homem / 50 anos*).

Em segundo lugar, aparece-nos a construção civil como atividade de referência para os homens, fazendo uns “biscates” aqui e acolá, o que significa que trouxeram o

perfil de profissões não qualificadas exercidas aquando da permanência no estrangeiro e aqueles poucos que se consideravam mais capazes e mais “matreiros” não foram além do exercício de profissões que pouco impacto têm no tecido produtivo. Mais concretamente, dois entrevistados tornaram-se proprietários de pequenos estabelecimentos comerciais e outros dois com atividades complementares à agricultura, tornaram-se agentes imobiliários.

Como observamos, o apego à terra era realmente forte e a vontade em regressar também. Mas será que, depois de integrados nas atividades ou ocupações que tinham delineado como os seus projetos no futuro, não sentiram dificuldades? Para quem esteve tanto tempo emigrado fora, a comparação entre a terra de antes e a terra de agora é inevitável. Muito se escreveu acerca da inexistência de uma política de retorno que cuidasse da valorização humana e profissional dos emigrantes. E a situação foi mais grave nos concelhos como Vieira do Minho onde o desemprego é um dos problemas mais preocupantes. Mas, tal como foi referido acima, os regressados, sobretudo homens, não vinham com a ideia de procurar emprego assalariado em Vieira do Minho. Procuraram, sobretudo, investir na compra de terrenos para a agricultura, pois no campo encontrariam sempre trabalho. Um entrevistado expõe do seguinte modo a realidade económica do concelho de Vieira do Minho na altura do seu regresso, em 1989:

“Esta zona aqui de Vieira é muito difícil. Vieira do Minho há uns anos atrás não era nada. [A partir de 1989] aí é que Vieira começou a evoluir e a haver mais cafés (...) A única coisa que aqui havia eram empregos na Câmara e no Hospital”
(*Homem /66 anos*).

As características mais particulares das realidades locais de Vieira do Minho nas décadas de 80, 90 e 2000, assentam, sobretudo, na fraca densidade populacional, no isolamento geográfico e no predomínio da atividade agrícola de subsistência. Nestas, o trabalho manual e os saberes práticos são sobrevalorizados, ao contrário daquilo que acontece nas sociedades urbanas onde prevalecem os setores de atividade de maior progresso tecnológico.

População residente em Vieira do Minho em 1981: 17 931 indivíduos

População residente em Vieira do Minho em 1991: 15 775 indivíduos

Podemos, então, afirmar que a grande dificuldade dos homens, com exceção de alguns entrevistados reformados, foi a diminuição drástica do nível dos rendimentos. A ânsia do regresso conduziu, muitas vezes, a decisões impensadas e muitos rapidamente se deram conta desta dura realidade: “(...) Aqui não ganhava dinheiro nenhum como lá ganhava. Esse é que foi o meu grande problema” (*Homem / 58 anos*).

Um deles aliás, por em Portugal não conseguir rendimentos suficientes, ainda não pôde regressar, embora esse seja o seu maior desejo:

“Gosto mais de viver aqui (...) Eu gosto de viver no nosso país mas tinha de viver com rendimentos que me dessem para viver. [As idas são apenas por causa de dinheiro?] de dinheiro, mais nada. Não me interessa mais nada (...) Quando o meu país não permite que a gente trabalhe e que consiga levar a vida, temos de ir para outro lado” (*Homem / 50 anos*).



Figura 24 – Vieira do Minho rural em 1984 (Lugar de Lamalonga, freguesia de Campos)- Vieira do Minho
Fonte: Fotografia cedida por Júlia Barroso

As mulheres, para além da agricultura, regressam também à situação tradicional de donas de casa. Ao contrário dos homens, elas não são peremptórias a afirmar preferir viver na aldeia. Em geral, as mulheres têm expressões de considerável conformismo: “Adaptei-me! Que remédio!” (*Mulher / 68 anos*); “Também gosto da cidade, mas a gente está aqui habituada! Está aqui!” (*M / 60 anos*).

Outras, porque no estrangeiro viviam em pequenas vilas, nem notam muito a diferença:

“Lá já morava numa pequena vila, porque se morasse em Paris era diferente. Achei graça a uma portuguesa de Guimarães que me disse: - “Eu pensava que França era uma coisa assim muito...mas afinal aqui também há silvas” (*Mulher / 71 anos*).

Mas noutras a preferência pela cidade é clara e inequívoca, pelo que a adaptação à vida local foi extremamente difícil. Uma entrevistada teve de ir viver por algum tempo para a Póvoa de Varzim porque, segundo ela, o ambiente nesta cidade era mais parecido com aquele a que se tinha habituado em França. Sentia falta do movimento – de ver simplesmente pessoas a passear e a fazerem barulho nas ruas. Uma das entrevistadas contou-nos adorar a vida citadina afirmando nunca se ter recuperado do desgosto de ter vindo para uma aldeia:

“ [Após o regresso] (...) deixei-me ficar fechada na minha concha. Estive tão mal que procurei psiquiatria. Precisava que me aliviassem a cabeça. Adorava, adorava a vida da cidade é um espetáculo! Aqui não há nada, fechando a porta à noite não há mais nada. Ai, eu senti muitas muitas saudades [de França]. Tive de ser seguida mentalmente! O médico não conseguia controlar-me. Foi um choque. Quando chegava a hora de fechar as janelas e as portas e olhava para a serra e começava a ver a sombra da noite a descer era uma desgraça. Eu não podia controlar, não sei porquê, não sei porquê. Depois, não via mais ninguém, ai foi terrível! Faltou-me o movimento, fui habituada nele. Em França tínhamos muitos amigos, depois falta tudo. Eu vim para o que é meu, tenho tudo isto mas é como se não tivesse nada. É como se não fosse meu. Vir para aqui foi uma tristeza. Tenho muitos telefonemas, cartas – tenho muitos amigos lá [em França]. O meu marido nunca foi de sair. Mas nós os três [ela e os filhos] vamos até Braga ver o futebol e lá se passa um pedaço da tarde e da noite. Ele [o marido] não queria ir para a cidade. Ele só pensava na terrinha dele” (*Mulher / 62 anos*).

Regressar à agricultura e à vida de doméstica significou, para a maior parte das mulheres, um retrocesso. Pois se é certo, como afirma Wall (1984:56), que a

presença da mulher camponesa no estrangeiro, o projeto migratório e o regresso são elementos indissociáveis, também é certo que a adaptação destas às sociedades de acolhimento foi extraordinária. As experiências que vivenciam nas sociedades de acolhimento levam-nas a querer adiar o regresso definitivo por várias razões. A primeira delas, é a de que nas aldeias onde nasceram eram domésticas e agricultoras não assalariadas, logo sem autonomia financeira. Ora, a emigração proporcionou-lhes esses ganhos económicos. A segunda razão e como referem Portela e Nobre (2002: 1133; 1135; 1142), é a do sentimento e a da constatação da perda de liberdade de relação com o exterior. O novo espaço a que terá de se adaptar torna-se “pequeno” e “controlado”. A crítica das comunidades residentes é constante e o controlo do marido agora em casa é mais acentuado. A terceira razão relaciona-se com as facilidades concedidas pelos países estrangeiros, nomeadamente ao nível do enquadramento escolar etc. Várias entrevistadas referem que para “levar a vida” são melhores os países onde estiveram emigradas: “Também gosto de trabalhar na agricultura. A gente foi criada no campo, mas claro que lá era diferente. Vive-se diferente daqui. Há outro nível de vida. Há mais dinheiro” (*Mulher / 60 anos*); “Temos de nos privar de muita coisa aqui que a gente não se privava lá. Nós, lá, sabíamos que se gastávamos agora dez amanhã podíamos recuperar. Aqui Deus nos livre, tem de se jogar com aquilo que temos” (*Mulher / 67 anos*); “(...) Ao princípio, quando a vida começa a andar ao para trás, vinham-nos assim uns pensamentos... -“para que é que a gente veio tão cedo? A gente lá ganhava muito dinheiro!” (*Mulher / 56 anos*); “Eu sentia-me lá bem. A vida era mais fácil para viver. Chegava ao fim do mês recebia aquele dinheirinho” (*Mulher / 68 anos*).

Vale ainda a pena expormos o relato da esposa de um entrevistado que retrata a experiência de muitas mulheres que regressaram às terras compradas com tanto entusiasmo pelos maridos:

“Eu não queria vir. Estava lá tão bem! Estava lá a família toda. O que é que eu vinha para aqui fazer? Chego aqui comprámos umas vacas e um bando de ovelhas. Tínhamos as terras e eu andava aí a trabalhar como uma negra de manhã à noite. Lá não é trabalho como aqui. Eu lá tinha sábados e domingos livres. Tinha uma vida melhor” (*Esposa de um entrevistado*).

No que se refere ao investimento, as poupanças foram aplicadas, em primeiro lugar, no estudo dos filhos. Saliente-se que a maioria regressou com os filhos ainda em idade escolar. Além disso, é notório o desejo de investir na sua escolarização prolongada destes para que consigam profissões diferentes das suas. Partem do princípio de que, com mais estudos, os filhos conseguirão trabalhos mais leves e também um estatuto social mais elevado, podendo desviar-se do exercício de atividades menos qualificadas, realizadas em condições duras de trabalho.

Alguns entrevistados mais hábeis com o dinheiro que ia sobrando, após a aquisição de terrenos e do estudo dos filhos, investiram na compra de lojas, de apartamentos e de casas na Póvoa de Lanhoso e em Braga, com vista ao arrendamento e a pensar no futuro dos filhos.

Podemos afirmar, na linha de outros estudos realizados (Amaro *et al.*, 1984: 208; Antunes, 1981: 21; Gonçalves, 2009: 220; Gonçalves e Machado, 2007: 79-80; Leandro e Rodrigues, 2007: 109; Poinard, 1983: 261; 280; Portela e Nobre, 2002: 1132; Silva *et al.*, 1984: 127-128; 150-152), que os emigrantes das décadas de 60 e 70 foram agentes de poupança, mas não grandes investidores pois, o exercício de profissões não qualificadas, aliado aos baixos graus de escolarização, não permitiam conceber projetos mais ambiciosos.

2.4.2. ACESSO AOS BENS DE CONSUMO, MODO DE VESTIR E CONFORTO NA HABITAÇÃO

No trabalho realizado por Amaro *et al.* (1984: 209), encontramos a seguinte afirmação:

“A inovação pela via do consumo é, aparentemente, aquela que maior impacto poderá ter (ou ter tido) na sociedade portuguesa, uma vez que o emigrante, quando regressa apresenta-se com um padrão de aquisições bastante alterado relativamente ao que deixou em Portugal (...)”.

Da mesma opinião é Leandro, (2004: 106), quando afirma que:

“Os projetos migratórios não integram apenas uma dimensão económica, mas também social e cultural, como tem vindo a revelar-se na procura e no acesso a muitos bens da modernidade avançada”.

Ou seja, os estudos convergem na opinião de que o emigrante, quando regressa, apresenta um padrão de consumo bastante mais exigente do que aquele que deixou quando partiu e daquele que encontra quando regressa. As entrevistas realizadas atestam que quem regressa sente a diferença, sobretudo se estivermos a falar de um concelho como o de Vieira do Minho, onde o acesso aos bens é uma das maiores dificuldades presentes no dia-a-dia das comunidades rurais. A falta de estabelecimentos comerciais nas aldeias ou nas imediações próximas constitui um “problema” exposto sobretudo pelas mulheres. Afinal, nos países onde estiveram emigradas abundavam as grandes superfícies comerciais perto da habitação e os transportes também. As opções de escolha eram variadas:

“Por minha vontade ainda hoje lá estaria. Gostava por tudo. Saía de casa tinha tudo – aqueles marchés, aqui não! O que é que há aqui? Da França gostava, quando trabalhava da parte da manhã de tarde estava mais livre para dar uma volta pelos marchés!” (*Mulher / 68 anos*).

Ora, quando regressam o cenário muda. As lojas que, porventura, pudessem existir nas aldeias, não possuíam em muitos casos os pequenos produtos indispensáveis. As mulheres sentem a falta de bens que nos países estrangeiros já existiam e cá não - esses ditos bens de modernidade mais avançada, que, no fundo, não passavam de bens básicos à alimentação. Tal implicou nalguns casos, como afirma Poinard (1983: 288), que nas aldeias as pequenas lojas fossem substituídas por estabelecimentos de comércio mais numerosos e mais especializados, absorvendo uma boa parte das poupanças dos emigrantes. Daí se afirmar em relação aos emigrantes

(Amaro *et al.*, 1984: 209; Silva *et al.*, 1984: 131) que a inovação pela via do consumo foi aquela que mais impacto teve no tecido económico.

As mulheres sentem saudades de passear pelos armazéns de roupa. Muito embora não tivessem trazido padrões de exigência superiores aos das residentes locais, elas gostavam de poder escolher e de ver as aquelas senhoras bem vestidas como cá nunca tinham visto.

No que concerne ao conforto na habitação há a fazer duas distinções. Se, por um lado, os investimentos efetuados em Portugal permitiram construir casas com grandes dimensões e equipadas com todos os eletrodomésticos, justificando expressões como: “Aqui é que eu tinha tudo” (*Esposa de um entrevistado*); “A casa que eu tinha lá não era de luxo. Era melhor cá” (*Mulher / 71 anos*).

Por outro lado, faltava o aquecimento. E foram sobretudo as mulheres que mais notaram a sua ausência. Uma entrevistada tinha uma casa grande na sua aldeia em Portugal, mas no Inverno não se importava de viver no seu pequeno mas quente apartamento na Suíça.

2.4.3. BUROCRACIAS

Quem regressa, compara inevitavelmente os serviços em Portugal com os do país de acolhimento. São diversas as críticas a realidades vivenciadas pelos entrevistados no seu país natal. Muitos falam na falta de celeridade: “Não agradecem nada ao emigrante. Estamos a gastar o que ganhámos lá aqui. Podiam facilitar as coisas. Em termos de documentação prefiro fazer seja lá o que for em França. É mais rápido” (*Homem / 65 anos*); “Cá passado dias ainda está tudo igual” (*Homem / 50 anos*); “Aqui há mais burocracia, lá é logo tudo feito” (*Mulher / 68 anos*).

Outros falam ainda na falta de zelo e de organização. A tramitação processual não é ajustada às dificuldades do cidadão comum. Vários entrevistados dão como exemplo, quer os formulários do I.R.S. em França que chegam ao contribuinte já pré-preenchidos pelos serviços de finanças, quer o modelo administrativo implementado relativo ao funcionamento dos serviços de atendimento. Nos países estrangeiros não enfrentavam listas de espera e os gabinetes estavam devidamente identificados:

“Lá têm outra maneira de funcionar. Cheguei a Portugal e deparei-me com um serviço público muito mau. Era um regalo tratar de qualquer assunto na Câmara [em França] porque aquilo estava tudo definido por guichets” (*Homem / 67 anos*);

“No Luxemburgo vai-se a um banco não se vê bicha nenhuma. Íamos ao Banco Português era logo uma bicha” (*Homem / 55 anos*).

Além disso, os valores eram outros: “São mais atenciosos. Têm outros valores que nós não temos” (*Homem / 68 anos*); “Aqui tem de se ir com o chapéu na mão pedir aos senhores para fazerem as coisas e não são muito respeitáveis” (*Homem / 65 anos*);

“O sistema de França é o seguinte: somos todos tratados de forma igual (portugueses e franceses). Mas parece que tinham mais carinho por quem não sabia. Aí é que tinham o valor todo. Quando entrasse um estrangeiro que eles vissem que

tinha dificuldade em falar, olhavam-nos nos olhos para verem o que ele queria e do que a pessoa precisava. A mentalidade lá nasceu assim” (*Marido de uma entrevistada*).

2.4.4. ASSISTÊNCIA MÉDICA

A grande dificuldade apontada pelos entrevistados - homens e mulheres - no que respeita à sua reintegração em Portugal está relacionada com a prestação de cuidados de saúde. Em vários casos, as aldeias para onde regressam os entrevistados não têm médico. A assistência médica mais próxima - médico de família - dista a vários quilómetros da zona de residência e a situação torna-se ainda mais precária com a falta de transportes.

À semelhança de resultados obtidos noutros estudos (Leandro e Rodrigues, 2007: 113; Poinard, 1983: 285), observa-se que a insatisfação generalizada em relação ao funcionamento do sistema de saúde português é notória: “A maior dificuldade que tivemos desde que viemos foi a medicina. Aquilo que encontrámos na medicina foi o pior. De resto se não se podia comer galinha comia-se uma sardinha tudo bem” (*Homem / 63 anos*); “Para assistência era melhor França. Lá uma pessoa é assistida num prazo rápido. Em Portugal é uma desgraça. Somos chamados ao hospital, à clínica uma porrada de vezes” (*Homem / 67 anos*); “Lá não é como aqui. Lá há todas as regalias. Chamava-se o médico a casa dali a um quarto já lá estava” (*Mulher / 60 anos*); “Uma vez por semana ia ao dentista com os meus filhos. Não pagava nada. Aqui as pessoas são obrigadas a andarem mal!” (*Mulher / 62 anos*); “Lá seja branco, preto, rico ou pobre - chegas és atendido e não há cá discriminação. Cá é uma desgraça, foi uma das coisas que mais notei foi isso” (*Mulher / 62 anos*); “Lá não falta nada. É tudo 100%. Não há esperas nem filas, aquilo era a coisa melhor do mundo” (*Homem / 66 anos*).

2.4.5. OS RESIDENTES FACE AOS ENTREVISTADOS E A FORMA COMO OS ENTREVISTADOS AVALIAM OS RESIDENTES

Com o regresso definitivo, o emigrante torna-se um personagem mais presente na zona rural a que retorna. Consequentemente, podem surgir por parte das comunidades locais, estratégias de inclusão ou de rivalidade. Os vários estudos (Antunes, 1981: 20; 23; Gonçalves e Machado, 2007: 75; Poinard, 1983: 29 e Rocha-Trindade, 1982: 5; 1993: 869), revelam que o comportamento migratório tem implícito um movimento de ascensão social nem sempre reconhecido como legítimo, por parte dos residentes nas sociedades de origem.

A articulação entre ambas as identidades sociais - dos que ficaram e dos que partiram, não foi pacífica. Aliás, as atitudes negativas por parte dos residentes no acolhimento aos emigrantes sobrepuseram-se largamente às atitudes positivas, gerando-se, assim, situações de conflito. Gonçalves (1996: 142) afirma que:

“Aos olhos dos residentes, os emigrantes parecem avolumar-se, preencher demasiado espaço, transvazando por vezes para o alheio. (...) Esta “omnipresença” que leveda e se avoluma num misto de exibicionismo, de arrogância e de excesso

intromete-se no mundo quotidiano dos residentes, reduzindo-lhes os espaços e alterando-lhes a rotina”.

Com efeito, o problema parece residir no facto de o residente achar que o emigrante pretende reclamar para si uma posição social superior da qual não é merecedor. Por seu turno, os emigrantes contrapõem, atribuindo aos residentes mal de inveja. Alguns excertos das entrevistas demonstram esta conflitualidade: “Muitos cá pensam que é chegar ao estrangeiro abanar a árvore da pataqueira e já se vem rico para Portugal”. Os entrevistados têm pena que as pessoas sintam inveja de quem tanto amargou para agora poder ter uma vida melhor:

“Os portugueses têm um bocadito dessa doença [inveja] têm. Se a pessoa trabalhou muito isso está fora de questão. [Apontam os residentes] trabalham na lavoura, mas olha têm um carro, têm dois ou três” (*Homem / 63 anos*);

“Quando somos emigrantes começamos do zero. Se chegamos a ter alguma coisa as pessoas não nos olham com bons olhos” (*Homem / 63 anos*);

“Eu vi funcionários públicos a terem más respostas para emigrantes porque viam que os emigrantes faziam uma vida superior à deles - brutos carros que davam nas vistas. Eu cheguei a ter algumas conversas com indivíduos onde lhes disse: - “vocês”! acomodaram-se a um trabalhinho muito doce! Não vos aventurastes a emigrar como eu e outros. Agora evitai ter inveja do que nós temos, porque saiu-nos do corpo” (*Homem / 67 anos*).

E a inveja converte-se em várias formas de luta, conduzindo a atitudes discriminatórias, apelidando o emigrante de vaidoso e de “armante”. Uma entrevistada conta que no início, quando regressou, se sentia incomodada quando saía à rua, porque, segundo afirma, até para a cor dos sapatos que trazia calçados reparavam. O marido de uma entrevistada tenta explicar o que os residentes muitas vezes consideram “armanço”, considerando-a uma dificuldade genuína do emigrante:

“O emigrante está com a língua estragada. Não consegue falar francês e, depois, não consegue também dar a explicação em português correto. É sempre atravessado. E as pessoas acham que é armanço” (*Marido de uma entrevistada*).

Outra entrevistada também se sentiu estrangeira quando regressou e utilizou uma expressão muito usada pelo seu marido para descrever o modo como foram aceites pelos vizinhos: “Nós somos emigrantes em França e somos aqui. Aqui é: “olha! É francês!”. Em França: - “olha! São portugueses!” (*Mulher / 62 anos*).

Mas, se os emigrantes regressassem a Portugal sem os objetivos atingidos e ocupassem profissões menos prestigiadas, arriscavam-se a serem percebidos por aqueles como fracassados. Um entrevistado, quando se dedicou à profissão de cantoneiro, sentiu-se depreciado socialmente:

“A sociedade bota-nos um bocadinho de lado – os próprios colegas. Quando andava aqui de cantoneiro andava com uma enxada e os meus colegas parece que nem ligavam. E eu dizia-lhes assim: - “ó pá, não é por andar com uma enxada e um carrinho de mão que ides deixar de me ligar!” Eu é que tinha de lhes falar!” (*Homem / 55 anos*).

Apenas quatro entrevistados sentiram admiração por parte dos vizinhos. Admiração por terem tido coragem para emigrar. Admiração por terem conseguido aguentar tantos sacrifícios. Admiração por terem conseguido amealhar as poupanças que fisicamente se foram tornando visíveis e ainda admiração e agradecimento pela atitude humilde que tiveram em regressar à terra natal, aos amigos e aos familiares. Em Lamalonga, uma das aldeias do concelho de Vieira do Minho, há muitos anos que se faz a festa em honra de Santo António. É sempre durante o mês de Agosto e no mesmo fim de semana, isto para que os emigrantes possam estar presentes. Aliás, a festa faz-se mais em honra dos emigrantes do que do padroeiro da aldeia – Santo António. Durante todo o ano repete-se o seguinte: “Agora vem aí o mês de Agosto – vêm os emigrantes – vêm para a festa”. Muitos emigrantes fazem, aliás, conta às férias para que coincidam com a data da festa e, se isso não é possível, ficam frustrados.

É para o mês de Agosto que os emigrantes agendam as férias e os festeiros marcam a comemoração das festividades anuais em honra dos santos padroeiros. Nesta época do ano a aldeia entra num novo ritmo. É tempo de visitar os amigos e familiares. É tempo de contar as histórias de cá e de lá e de reavivar as tradições.

População residente em Parada de Bouro em 1981: 763 indivíduos.



Figura 25 – As festas populares como identidade emigratória, em 1980 (Lugar de Aldeia, freguesia de Parada de Bouro – Vieira do Minho)
Fonte: Fotografia cedida por Adília Carvalho

Uma entrevistada também nos contou que se, no princípio, as mulheres da sua aldeia a encaravam com inveja por causa das roupas que vestia, também rapidamente foram reparando para outros detalhes, nomeadamente na maneira como falava. Dizia ela que os ouvia murmurar:

“Olha! Vai ali a Carminda! Sim senhor! Diziam que eu era uma pessoa que me sabia apresentar e que podia falar com pessoas de baixo e de alto nível” (*Mulher/ 67 anos*).

2.5. RELACIONAMENTO COM O PAÍS DE EMIGRAÇÃO

Importa agora analisarmos o tipo de relacionamento dos entrevistados com os países onde estiveram emigrados, bem como os projetos futuros nestes. Convém referir que a grande parte tem atualmente mais de 60 anos de idade.

2.5.1. OS QUE NÃO VOLTARAM AO PAÍS DE EMIGRAÇÃO

Oito homens não voltaram e dizem não sentir saudades. Só lá estiveram para orientar a vida. Por isso, voltar a esse país significaria reviver tempos difíceis que preferem esquecer: “Nunca me adaptei [a França]. Eu nunca me arrependi [de ter regressado]. A mulher essa [arrependeu-se] logo nos primeiros dias que aqui entrou” (*Homem / 63 anos*); “Falar em ir para França? Nem falar-me nisso! Hoje não ia de maneira nenhuma! Nunca mais lá voltei! A minha esposa já lá foi duas vezes ver os filhos. Tem lá o irmão e foi ver pessoas amigas. O país... Aquilo não deixa saudades” (*Homem / 63 anos*).

A maior parte das pessoas com quem trabalharam já faleceram, o que acresce às explicações para o não retorno: “Tinha lá muitos amigos. Íamos beber aos Domingos mas já morreram quase todos os que lá andavam comigo” (*Homem / 81 anos*).

Seis homens não voltaram mas dizem sentir saudades. Os motivos que alegam para o não retorno são: o avanço da idade, os familiares doentes em Portugal a necessitarem de cuidados permanentes e a inexistência de dificuldades financeiras. Observa-se, no entanto, que as saudades a que se referem são de natureza financeira, porque só os ouvimos falar nas oportunidades materiais que aqueles países lhes proporcionaram e nunca de algum tipo de sentimento que os possa ligar àqueles países.

Ao contrário deles, nas mulheres a idade é a principal causadora do não regresso ao país de emigração: “Agora não vou para lá porque sou velha, senão ia outra vez. Quando tirar a reforma aos 65 anos faço conta de ir a França” (*Mulher / 68 anos*).

Elas gostariam sempre de visitar as fábricas onde trabalharam e os locais onde viveram. A curiosidade de uma entrevistada, levou-a a pesquisar na internet a casa onde tinha habitado em França. Recordando esse momento exclamou: “Estivemos aqui a ver a casa onde morávamos. Está cor-de-rosa!” (*Mulher / 68 anos*).

2.5.2. OS QUE VOLTARAM AO PAÍS DE EMIGRAÇÃO

Os homens deslocam-se para onde estiveram emigrados porque aí têm familiares que garantem, como afirmam Portela e Nobre (2002: 1139), relações de interdependência entre os que partem e os que ficam, configurando um modo de vida em dois espaços. As mulheres, se continuam a gostar de voltar, não é somente porque lá têm familiares. Embora este seja um dos principais motivos para as visitas regulares àqueles países, também serve de desculpa para matar saudades. Uma entrevistada sonha com o dia da partida para França para lá passar uns tempos. Outras também não se importavam de voltar para a Suíça e viver lá até ao fim da vida. Elas parecem ter ficado eternamente gratas a quem lhes proporcionou a oportunidade de conhecer novas terras e novas gentes. E por isso é que não podem sequer ouvir “falar mal” do estrangeiro porque: “O estrangeiro é que deu o ser a Portugal...se não fosse o estrangeiro...”.

Conclusão

Este livro teve como finalidade apresentar e descrever, de forma breve, histórias de emigração no concelho de Vieira do Minho. Por um lado, procurámos mostrar a especificidade destas histórias e, por outro, a sua similitude com as histórias, percursos e estratégias de outras populações objeto de análise, na sua maior parte de maior extensão temporal, e também de maior profundidade.

As histórias dos indivíduos, registadas em áudio e em vídeo, são de enorme riqueza. Desde logo porque, além da experiência de emigração propriamente dita - que se faz com enorme detalhe em relação a alguns momentos -, em especial a viagem e a estadia nos países de acolhimento, nos mostram a forma como os Estados e as suas políticas governamentais, lidam com este fenómeno ao longo dos tempos.

Para um concelho como Vieira do Minho, ainda mais relevância adquirem, pois a população deste concelho é, na sua maioria, uma população emigrada, ou em êxodo e mobilidade - para os outros países, para outras cidades, para outras regiões.

De resto, as histórias mostram que estes emigrantes regressados, que constituem uma das bases da população residente, saíram e voltaram ao concelho, sem de facto terem sido considerados alvos de política alguma. Aparte dos mecanismos de facilitação de reentrada e instalação, não só os emigrantes não trouxeram dos países de emigração mais-valias educativas que pudessem suplantar as falhas iniciais de formação com que partiram, como as próprias entidades de receção no concelho e a nível nacional não promoveram medidas de efetiva reintegração, que passassem pela utilização empreendedora das poupanças destes emigrantes. Com efeito, os dados indicam que, na sua maioria, estes emigrantes retornaram à agricultura, ou passaram para ramos de serviços, ligados ao comércio e à restauração, que são, por natureza, pobres, num concelho onde a procura por estes serviços é baixa, em virtude do decréscimo populacional.

Assim, em linha com outros estudos (Almeida & Barreto, 1976; Gonçalves & Machado, 2007: 79; Poinard, 1983: 282; Portela e Nobre, 2002: 113; Rocha-Trindade 1982: 7; Silva *et al.*, 1984: 21), podemos afirmar que a não inserção do emigrante na atividade económica local não se deveu apenas à falta de espírito empreendedor, mas também à falta de políticas públicas concertadas de retorno por parte do governo central e dos poderes locais que informassem e estimulassem possíveis alternativas de reinserção. Uma das consequências disso é o forte investimento que os emigrantes fazem na compra de terrenos para exploração agrícola, pois, além do desejo de exercerem uma profissão autónoma, sabiam, à partida, que, além da agricultura, outras alternativas de emprego não seriam facilmente conseguidas, dada a realidade económica concelhia de Vieira do Minho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, C. C. (1975). *Movimentos migratórios, espaços socioculturais e processos de aculturação*. Consultado em 05/07/2012, disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223912409N4uGK4qe9Zu62XR4.pdf>
- Almeida, C., & Barreto, A. (1976). *Capitalismo e emigração em Portugal*. Lisboa: Prelo.
- Amaro, A.S., Amaro, R.R., Arroteia, J. de C., Boura, I.R., Clause, G., Conin, C. ...Williams, A. M. (1984). *A Emigração e Retorno na Região Centro*. Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro.
- Antunes, M. L. M. (1981). *Migrações, mobilidade social e identidade cultural: factos e hipóteses sobre o caso português*. Consultado em 05/07/2012, disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223997245E5sTI9kx5Sc17WI0.pdf>
- Baganha, M. I. (1994). *As correntes emigratórias portuguesas no século XX e o seu impacto na economia nacional*. Consultado em 09/09/2012, disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223378081S4cET4df4Yh89IX7.pdf>
- Barreto, A., Preto C.V., Ferrão, J., Rosa, M. J. V., Mónica, M.F., Lopes, J. da S. ...Rodrigues, H. N. (1996). *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*. Lisboa: Instituto das Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Brandão, M. de F. (1991). *O mercado na comunidade rural: propriedade, herança e família no Norte de Portugal, 1800-1900*. Consultado em 05/07/2012, disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223041942B0eWZ0vq3Bs09OW1.pdf>
- Capela, J.V. & Borralheiro, R. (2000). *Vieira do Minho nas Memórias Paroquiais de 1758*. Câmara Municipal de Vieira do Minho e Vieira Cultura e Turismo, E.M.
- Gonçalves, A. (1996). *Imagens e Clivagens – Os residentes face aos Emigrantes*. Porto: Edições Afrontamento.
- Gonçalves, A. & Gonçalves, C. (1991). Uma vida entre Parênteses – Tempos e Ritmos dos Emigrantes em Paris. *Cadernos do noroeste*, 4, 147-158.
- Gonçalves, A. & Machado, J. (2007). A emigração Portuguesa para França na Segunda Metade do Séc. XX. *Separata do Boletim Cultural da Câmara Municipal de Melgaço*, 6, 63- 85.
- Gonçalves, M. O. B. (2009). *Migrações e Desenvolvimento*. Porto: Fronteira do Caos.
- Instituto Nacional de Estatística. *Censos 1991*. Consultado em 31-07-2013, disponível em: http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_publicacao_det&menuBOUI=13707294&contexto=pu&PUBLICACOESpub_boui=66196836&PUBLICACOESmodo=2&selTab=tab1
- Instituto Nacional de Estatística. *Censos 2011*. Consultado em 31-07-2013, disponível em: http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos_quadros
- Leandro, M. E. (2004). *Dinâmica social e familiar dos projectos migratórios – Uma perspectiva analítica*. Consultado em 07/07/2012, disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218704818A2zDK3eh8Mg03OQ5.pdf>
- Leandro, M. E. & Rodrigues, V. T. (2007). *Da migração dos pais à escolarização dos filhos. O caso dos portugueses em França*. Consultado em 03/07/2012, disponível em <http://WWW.scielo.oces.mctes.pt/pdf/rpe/v20n1a05.pdf>
- Ministério do Interior (1961). *Boletim da Junta da Emigração: 1960*. Porto: Ofic.Gráf. de “O Comércio do Porto”.

- Monteiro, P.F. (1994). *Emigração – O Eterno Mito do Retorno*. Oeiras: Celta.
- Peixoto, J. (2004). *As teorias explicativas das Migrações: Teorias Micro e Macro-Sociológicas*. *Socius Working Papers*. Consultado em 28/06/2012, disponível em <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/2037/1/wp200411.pdf>
- Peixoto, J. (2007). *Dinâmicas e regimes migratórios: o caso das migrações internacionais em Portugal*. Consultado em 08/07/2012, disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218647535Z7fQO2pn5Wq90GM6.pdf>
- Pina Cabral, J. (1984). *As mulheres, a maternidade e a posse da terra no Alto Minho*. Consultado em 07/07/2012, disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223473186G8cGO9fn8Ti76YR7.pdf>
- Pires, R. P. (2003). *Migrações e integração*. Oeiras: Celta.
- Poinard, M. (1983). *Emigrantes retornados de França: a reinserção na sociedade portuguesa*. Consultado em 03/07/2012, disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223462361S2cXH8dy2Of27LA4.pdf>
- Portela, J. & Nobre, S. (2002). *Entre Pinela e Paris: emigração e regressos*. Consultado em 07/07/2012, disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218730566F1dKD5ir2Eq54EP0.pdf>
- Pré-diagnóstico Social de Vieira do Minho* (2003). Consultado em 11/09/2011, disponível em <http://www.cm-vminho.pt/files/22/2204.pdf>
- Ribeiro, C. (1986). *Emigração Portuguesa – Algumas características dominantes dos movimentos no período de 1950 a 1984*. Porto: Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas.
- Riegelhaupt, J. F. (1979). *Os camponeses e a política no Portugal de Salazar – O Estado Corporativo e o «apoliticismo» nas aldeias*. Consultado em 05/07/2012, disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223990117D7wBA3az5Ab81GL4.pdf>
- Rocha-Trindade, M. B. (1976). *Comunidades migrantes em situação dipolar: análise de três casos de emigração especializada para os EUA, para o Brasil e para França*. Consultado em 05/07/2012, disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223914842N5nCJOem1Yq58DB9.pdf>
- Rocha-Trindade, M. B. (1982). Sensibilização comunitária numa Óptica de Interculturalismo em Meio de Forte Emigração. *Separata Nação e Defesa do Instituto da Defesa Nacional*, 26, 3-18.
- Rocha-Trindade, M. B. (1983). O Regresso Imaginado. *Separata Nação e Defesa do Instituto da Defesa Nacional*, 28, 3-13.
- Rocha-Trindade, M. B. (1985). Dez anos de publicações sobre emigração em Portugal. *Artes e letras da diáspora Portuguesa*, 10, 21-24.
- Rocha-Trindade, M.B. (1993). *Perspectivas sociológicas da interculturalidade*. Consultado em 07/07/2012, disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223292775S5wUL0ix4Wv26XQ7.pdf>
- Rocha-Trindade, M. B., & Arroiteia, J. (1986). A Emigração. *Centro de Estudos Judiciários - Cadernos do Céu*, 1, 1-34.

- Serra, E. (1975). *O operário emigrantes português na sociedade industrial capitalista*. Consultado em 07/07/2012, disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223912248K0aAQ5so3Wf83NS6.pdf>
- Silva, M., Amaro, R. R., Clause, G., Conim, C., Matos, M., Pisco, M., Seruya, L.M. (1984). *Retorno, Emigração e Desenvolvimento Regional em Portugal*. Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- Sousa, A. T. (1972). *Os trabalhadores portugueses na Região de Paris: condições de trabalho e de habitação*. Consultado em 07/07/2012, disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1224258986Z9oNY4px0OI45DE7.pdf>
- Wall, K. (1984). *Mulheres que partem e mulheres que ficam: Uma primeira análise da função social e económica das mulheres no processo migratório*. Consultado em 01/10/2012, disponível em <http://www.ics.ul.pt/rdonweb-docs/Karin%20Wall%20%20Publica%C3%A7%C3%B5es%201984,%20n%C2%BA1.pdf>